



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 116/2015

OBJETO:

- A presente licitação tem por objeto o registro de preços para a contratação de serviços terceirizados de **sonorização, operacionalização de áudio e gravação em áudio**.

ACOLHIMENTO, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DO PREGÃO:

- Término do acolhimento das propostas eletrônicas e início da sessão do Pregão e oferecimento de lances: **às 14h00 do dia 22/01/2016**

REALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA:

- Portal de Compras do Governo Federal: site www.comprasnet.gov.br

ENDEREÇO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO:

- Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba/PR
- CEP: 80430-180

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

➤ **Dúvidas sobre o edital:**

- Secretaria de Licitações e Contratos
- Av. Vicente Machado, 147, 10º andar, Centro, Curitiba-PR
- CEP 80420-010
- E-mail: licitacao@trt9.jus.br
- Fone: 0xx (41) 3310-7342 / 7375 Fax: 0xx (41) 3310-7341

➤ **Credenciamento e dúvidas na operação do sistema do COMPRASNET:**

- Central de Atendimento do *Comprasnet*, **telefone: 0800 978 2329**, ou no site www.comprasnet.gov.br, link AJUDA.

REFERÊNCIA DE TEMPO:

- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ÍNDICE DO EDITAL	
TÍTULO	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
3	DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
4	DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
5	DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
6	DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO
7	DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
8	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
9	DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO
10	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
11	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12	DA CONTRATAÇÃO
13	DA RETENÇÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS
14	DAS PENALIDADES
15	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2. ANEXOS AO EDITAL:	
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
ANEXO IV	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO V	MINUTA DO CONTRATO



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 116/2015

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 528, centro, Curitiba-PR, CNPJ n.º 03.141.166/0001-16, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *INTERNET*, licitação na modalidade **PREGÃO, na forma eletrônica**, tipo menor preço, regida pelos Decretos 7.892/13, 5.450/05 e 2.271/97, pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, pela Lei Complementar 123/06, pela Resolução 169/13 do Conselho Nacional de Justiça e legislação correlata.

1 - DO OBJETO

- 1.1 Contratação, via sistema de registro de preços, de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados **de sonorização, operacionalização de áudio e gravação em áudio** no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme condições estabelecidas no ANEXO I – Termo de Referência – deste Edital.
- 1.2 A presente licitação será processada através do sistema de registro de preços, nos termos do Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013.
- 1.3 Havendo divergências entre as especificações do objeto cadastradas no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET e as contidas no edital, prevalecerão as descrições deste último.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1 Este Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, e dotado de recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as suas fases.
- 2.2 O TRT da 9ª Região utilizará o **Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET** para a realização desta licitação.
- 2.3 Os trabalhos serão conduzidos por servidor do TRT da 9ª Região, designado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o COMPRASNET, ao qual cabe, em especial, as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto 5.450/2005.
- 2.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

3 - DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, e que estejam previamente credenciados no COMPRASNET.
- 3.2 Para acesso ao sistema eletrônico COMPRASNET, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de **chave de identificação (login) e senha pessoal (intransferíveis)** os quais serão fornecidos após credenciamento prévio no site www.comprasnet.gov.br e consequente apresentação dos documentos exigidos para credenciamento nos órgãos cadastradores.
 - 3.2.1 O TRT 9ª Região não é órgão cadastrador, devendo o interessado, após efetuar o credenciamento prévio, dirigir-se a uma das unidades cadastradoras relacionadas no site www.comprasnet.gov.br, “Ajuda”, “Sicaf”, “Onde se Cadastrar?”.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.2.2 Mais informações na Central de Atendimento do COMPRASNET, telefone: 0800 978 2329, ou no site www.comprasnet.gov.br.
- 3.3 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.4 Caberá ao licitante interessado em participar deste pregão:
- a) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
 - b) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances formulados, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
 - c) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - d) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.5 Não será admitida a participação de empresas:
- a) cujo ramo de atividade econômica não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
 - b) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
 - c) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - d) estrangeiras que não funcionem no país;
 - e) que detenham a condição de inidôneas perante a Administração Pública (art.87, inc. IV, da Lei 8.666/93);
 - f) que estejam suspensas de licitar e contratar temporariamente com este Tribunal (art. 87, inc. III, da Lei 8.666/93);
 - g) que estejam impedidas de licitar e contratar temporariamente com a União (art.7º da Lei 10.520/02);
 - h) constituídas sob a forma de Cooperativa, tal como tratado no Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, homologado pela Justiça do Trabalho (AI nº 2003.01.00.023353-0).
- 3.6 A apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 3.7 O representante da licitante deverá identificar, em campo próprio do sistema eletrônico, o tipo de segmento da empresa (microempresa, empresa de pequeno porte) que representa, em atenção ao que prescreve a Lei Complementar 123/06.
- 3.8 Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação nele estabelecidos.
- a) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.
- 3.9 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRT da 9ª Região (Resolução n.º 9 do Conselho Nacional de Justiça).
- 3.10 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 3.11 Tratando-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei 8.212/91 e nos arts. 112, 115, 117 e 118 da Instrução Normativa – RFB 971/09, o licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratado não poderá beneficiar-se da condição de optante, e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da lei, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, em face do disposto no art. 17, inc. XII, no art. 30, inc. II e no art. 31, inc. II, da Lei Complementar 123/06.
- a) O licitante optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratado deverá apresentar, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal – no prazo previsto no artigo 30, § 1º, inc. II, da LC 123/06 – a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário).
- b) Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado na alínea "a" do subitem 3.11, o próprio TRT-9, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inc. I do art. 29 da Lei Complementar 123/06.
- 3.12 A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra, de que trata o item/subitem anterior, não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da LC 123/06, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mencionada Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

4 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, ao correio-eletrônico licitacao@trt9.jus.br.

5 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 5.1 A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma do Decreto 5.450/2005, da Lei 10.520/2002 e da Lei 8.666/1993.
- 5.1.1 Até 2 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 5.1.2 Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.
- 5.2 O envio da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 Os licitantes deverão cadastrar proposta até a data e hora limites marcadas neste edital, exclusivamente por meio eletrônico.
- 6.2 Até a abertura da sessão os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.3 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, a licitante deverá ofertar **PREÇO TOTAL PARA O LOTE** do qual deseja participar, seguindo as seguintes disposições:
- 6.3.1 **O PREÇO TOTAL deverá seguir como parâmetro o que estabelece o item 4 do Termo de Referência (Preços Máximos da Contratação) e o modelo de proposta estabelecido no Anexo II deste Edital.**



6.3.2 Os componentes das planilhas deverão seguir a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2015/2016 dos Empregados de Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná.

- 6.4 Tendo em vista o que foi decidido nos Acórdãos nº 325/2007 e nº 950/2007, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União, os tributos **IRPJ e CSLL não devem integrar a Planilha de Custos e Formação de Preços**, por serem considerados tributos de natureza direta, que oneram pessoalmente o contratado.
- 6.5 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (R\$) e será considerado completo, abrangendo todos os tributos, encargos e ônus de qualquer natureza incidentes sobre o objeto licitado.
- 6.6 A proposta oferecida terá validade não inferior a 60 dias, contados da data da abertura da sessão do pregão.
- 6.7 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

7 – DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 7.1 A partir do horário previsto, terá início a sessão pública do Pregão, com divulgação das propostas apresentadas, sem identificar seus autores, passando-se ao início da disputa.
- 7.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 7.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.5 Classificadas as propostas o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.6 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, todos os participantes serão informados, em tempo real, do respectivo horário de registro e valor, vedada a identificação do licitante.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 Caso sejam registrados pelo sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido primeiro.
- 7.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo Pregoeiro, com aviso de fechamento iminente dos lances. Após, transcorrerá período de tempo de até 30 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes através do sítio oficial do COMPRASNET - www.comprasnet.gov.br.
- 7.12 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 7.13 Se o menor preço não tiver sido ofertado por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), e houver nessa condição licitante com proposta até 5% superior à melhor colocada, proceder-se-á, em atenção aos art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, da seguinte forma:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 7.13.1 A ME ou EPP mais bem classificada, após a fase de lances, poderá apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 7.13.2 O Sistema encaminhará mensagem automática, por meio do *chat*, convocando a ME ou EPP a fazer sua última oferta no prazo de **cinco** minutos, controlados pelo Sistema, sob pena de decair do direito concedido;
- 7.13.3 Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as Licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no subitem 7.13, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.13.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.13, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 7.13.5 O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da Licitante na categoria de ME ou EPP;
- 7.13.6 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos na condição do subitem 7.13, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.14 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado pelo Tribunal, e poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante para que seja obtido valor mais vantajoso, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 7.15 Após a aceitação da proposta melhor colocada será verificada a habilitação da licitante detentora do menor lance através de consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos, conforme disposição deste edital.
- 7.16 Sendo aceitável a proposta, a licitante detentora do menor preço deverá apresentar, **até as 12:00 (meio-dia) do próximo dia útil subsequente à solicitação do pregoeiro**, a proposta de preços e as respectivas planilhas de custos e formação de preços, uma para cada POSTO de cada LOTE, já ajustadas ao valor do último lance (modelos dos ANEXOS II e III deste edital), bem como os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF.
- 7.16.1 Os valores finais (unitários e totais) da proposta deverão ser expressos até a segunda casa decimal (ex.: R\$ 0,15). Os arredondamentos que se fizerem necessários deverão ser para menor.
- 7.17 A proposta ajustada ao lance final e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados via correio-eletrônico (licitacao@trt9.jus.br).
- 7.18 A proposta e os documentos enviados via fax ou por correio-eletrônico deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, **no prazo máximo de 3 dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro, para o endereço:

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Secretaria de Licitações e Contratos
Rua Vicente Machado, 147 - 10º andar - Centro, Curitiba-PR - CEP
80420-010
CONTEÚDO: DOCUMENTAÇÃO REF. PREGÃO 116/2015

- 7.19 Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, a licitante detentora do menor preço será declarada vencedora.



8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 O critério de julgamento será o legalmente previsto para licitações do tipo **MENOR PREÇO**.
- 8.2 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora a licitante que, obedecidas às condições estabelecidas neste Edital, apresentar o **MENOR PREÇO TOTAL PARA O LOTE**.
- 8.3 Se a proposta/lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias ou não encaminhar os documentos de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, bem como a documentação para habilitação e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 8.4 Todas as propostas apresentadas deverão ser firmes e precisas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que impeça o pregoeiro de formular um julgamento objetivo, devendo as licitantes se limitar às especificações do edital.
- 8.5 Serão desclassificadas as propostas formuladas em desconformidade com os termos estabelecidos neste edital.
- 8.6 O erros, equívocos e omissões havidos na formulação da proposta serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.
- 8.7 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

- 9.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos (§ 1º do art. 25 do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2 Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, será exigido o envio da documentação via correio-eletrônico (licitacao@trt9.jus.br), conforme determinação do Pregoeiro.
- 9.3 Para comprovação da habilitação se faz necessária a apresentação dos seguintes documentos:

9.3.1 - Habilitação Jurídica:

- I) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- II) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
 - a) A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou do Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver;
- III) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
 - a) Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;
- IV) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.2 - Regularidade fiscal e trabalhista:

- I) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional.
- II) Prova de regularidade para com a Seguridade Social.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- III) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade (CRF).
- IV) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1973.

9.3.2.1 As microempresas, empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de **regularidade fiscal (incisos I a III do subitem 9.3.2)**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do TRT, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao TRT convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para dar continuidade à licitação ou revogá-la.

9.3.3 - Para cumprimento do inciso XXXIII, do art 7º, da Constituição Federal de 1988:

- I) DECLARAÇÃO, a ser feita em campo próprio do sistema, de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze.

9.3.4 - Qualificação econômico-financeira:

- I) Com base no inciso I do art. 31 da Lei n.º 8.666/93, o último BALANÇO PATRIMONIAL, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, sendo que a apresentação do balanço poderá ser feita por uma das seguintes formas: por meio de publicação em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; por meio de cópias autenticadas do Livro Diário, contendo seus termos de abertura e encerramento; ou elaborado e assinado por contabilista, podendo ser atualizado pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta.
 - a) As empresas que possuam menos de um ano de atividade deverão apresentar Balanço Patrimonial na forma da Lei 6.404/1976 e da resolução nº 686/1990, do Conselho Federal de Contabilidade;
 - b) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$



Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

- c) As empresas deverão alcançar, para todas as fórmulas, resultados iguais ou superiores a 1,00, sendo que aquelas que apresentarem índice, em quaisquer das fórmulas acima, inferiores ao resultado estabelecido estarão automaticamente inabilitadas no procedimento licitatório. Preferencialmente, tais índices deverão ser calculados e assinados por profissional responsável pela contabilidade da empresa participante.
- d) Com base nos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n.º 8.666/93, comprovação de ter a licitante, no último balanço patrimonial exigível, **capital mínimo ou patrimônio líquido** igual ou superior a **R\$ 25.421,91**, equivalente a 10% do valor estimado para o total de postos que serão registrados

9.3.5 - Qualificação Técnica:

- I) **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, fazendo prova que a licitante possui aptidão para a prestação de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, tendo prestado serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto referido.

9.3.6 – Documentação Complementar:

- I) **DECLARAÇÃO**, a ser feita em campo próprio do sistema, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte e está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006.

- 9.4 Não serão aceitos protocolos de solicitação de emissão de documento em substituição aos exigidos neste edital.
- 9.5 O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências relacionadas ao esclarecimento da proposta ou da documentação apresentada.
- 9.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (§ 4º do art. 25 do Decreto 5.450/05).

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
--

- 10.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.2** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 10.3** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4** Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente instruído à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do processo licitatório.

11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
--

11.1 ASSINATURA DA ATA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 11.1.1** Homologado o Pregão, a Licitante Vencedora será convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme minuta anexa a este Edital, a qual terá o **prazo de até cinco dias úteis**, contados da intimação, para assinar o referido documento.
- 11.1.2** O disposto no item 11.1.1 aplica-se à celebração de eventuais aditivos à Ata de Registro de Preços.
- 11.1.3** Caso a Licitante Vencedora se recuse a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estipulado, poderão ser examinadas as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.
- 11.1.4** As contratações obedecerão à conveniência e às necessidades do TRT da 9ª Região. A existência dos preços registrados não obriga o Tribunal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2 VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

11.3 REVISÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DA ATA

A Ata de Registro de Preços poderá ser revisada, alterada ou cancelada, obedecidas as disposições contidas nos arts. 17 a 21 do Decreto 7.892/13 e nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

11.4 CADASTRO DE RESERVA

Nos termos do art. 11, inc. II, do Decreto 7.892/13, será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

12- DA CONTRATAÇÃO

- 12.1** Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária poderá ser convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, assinar o instrumento de contrato.
- 12.2** A Ata de Registro de Preços, o instrumento de contrato, a proposta apresentada e os elementos do edital e demais anexos formalizarão a presente contratação.
- 12.3** Nos termos do art. 81, *caput*, da Lei 8.666/93, a recusa injustificada a assinar a Ata de Registro de Preços e/ou o instrumento de contrato nos prazos estabelecidos equivalem à inexecução total da contratação, sujeitando a licitante/adjudicatária às sanções previstas nos subitens 14.1 e 14.2 deste edital).
- 12.4** Nos termos do art. 6º da Resolução 169/13, do Conselho Nacional de Justiça, a assinatura do contrato de prestação de serviços entre o Tribunal e a vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:
- 12.4.1** solicitação pelo Tribunal contratante ao banco público, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da empresa, conforme modelo constante no termo de cooperação firmado com a instituição financeira oficial, devendo esta oficiar ao Tribunal sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada, na forma do modelo consignado no aludido termo de cooperação;
- 12.4.2** assinatura, pela empresa contratada, no prazo de 20 dias a contar da notificação do Tribunal, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termo específico da instituição financeira oficial, que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal, conforme modelo indicado no termo de cooperação.
- 12.5** Nos termos da Resolução 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a contratada deverá comprovar, antes da efetivação da contratação, as seguintes condições:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 12.5.1** Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria 540/04;
- 12.5.2** Não ter sido condenada (a contratada ou seus dirigentes) por infração à leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta aos arts.1º e 170 da Constituição Federal de 1988; art. 149 do Código Penal Brasileiro; Decreto 5.017/04 (promulga o Protocolo de Palermo) e Convenções da OIT 29 e 105.
- 12.6** A contratada, no momento da assinatura do contrato, autoriza o contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 12.7** Caso a licitante vencedora não faça comprovação das condições exigidas para efetivação da contratação ou, injustificadamente, não venha formalizá-la dentro do prazo estipulado, o Pregoeiro, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13 – DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RESOLUÇÃO 169/13, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(Retenção de Encargos Trabalhistas, Abertura da conta vinculada e demais procedimentos)

- 13.1** As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC, INCRA, SALÁRIO-EDUCAÇÃO, FGTS, RAT+FAT, SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagas pelo CONTRATANTE à contratada em decorrência dos serviços que lhe forem prestados, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial, por força dos artigos 1º, parágrafo único, e 4º da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.
- 13.2** Os depósitos de que trata o subitem anterior serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do contratante.
- 13.3** Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.
- 13.4** Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas discriminados no subitem 13.1, depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à contratada.
- 13.5** A contratada poderá solicitar autorização do contratante para:
- I) resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 13.1, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa nas dependências do contratante; e
 - II) movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem nº 13.1.
- 13.6** Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no inciso I do subitem nº 13.5, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar ao contratante os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem nº 13.1.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- 13.7 O contratante, por meio de seus setores competentes, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata o inciso I do subitem 13.5, encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 13.8 Na situação descrita no inciso II do subitem 13.5, o contratante solicitará ao banco depositário que, no prazo de dez dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.
- 13.9 O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 13.10 Aplicam-se os demais termos estabelecidos na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, e no Ato nº 264, de 3 de novembro de 2014, da Presidência do TRT da 9ª Região

14 - DAS PENALIDADES

- 14.1 Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no edital ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.
- 14.2 A recusa injustificada em assinar o contrato dentro dos prazos estabelecidos caracteriza o descumprimento total da contratação, sujeitando a licitante às sanções de multa punitiva de 10% calculada sobre o valor total estimado do contrato ou da ata de registro de preços, conforme o caso, e de impedimento de licitar e contratar de que trata o subitem anterior.
- 14.3 Demais sanções estão descritas no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo V – Minuta do Contrato deste Edital.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse público, do princípio da isonomia e da segurança da futura contratação.
- 15.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.3 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, nos termos do § 2º do artigo 29 do Decreto 5.450/05.
- 15.4 Simples omissões ou irregularidades, sanáveis ou desprezíveis, e que não causem prejuízo à Administração e às licitantes, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro.
- 15.5 É facultada ao Pregoeiro e/ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado.
- 15.6 É competente o foro da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Curitiba-PR para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.
- 15.7 Informações e/ou esclarecimentos, bem como pedidos de providências relativos ao presente Edital, poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, no horário das 12h às 18h, pelo telefone (41) 3310-7342 ou 3310-7375, ou pessoalmente junto à Secretaria de Licitações e Contratos - SLC deste Tribunal, situada na Av. Vicente Machado, n.º 147, 10º andar – Curitiba-PR.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Curitiba, 08 de janeiro de 2016.

Patrícia Aimée Bruel Antonio

Ordenadora da Despesa



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de sonorização, operacionalização de áudio e gravação em áudio**, em sessões, seminários, reuniões e outros eventos realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, conforme lotes a seguir:

LOTE 1 - CAPITAL					
Item	Posto de Trabalho	Carga horária semanal	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações)	Quantidade registrada	Quantidade para contratação imediata
1	Operador de Áudio 6 horas/dia	30 horas*	3741-05	4	2
2	Operador de Áudio Chefe 6 horas/dia	30 horas*	3741-05	1	1

* Intervalo de 15 minutos – parágrafo 1º do art. 71 da CLT

LOTE 2 - INTERIOR					
Item	Posto de Trabalho	Carga horária semanal	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações)	Quantidade registrada	Quantidade para contratação imediata
1	Operador de Áudio 6 horas/dia	30 horas*	3741-05	3	0
2	Operador de Áudio Chefe 6 horas/dia	30 horas*	3741-05	3	0

* Intervalo de 15 minutos – parágrafo 1º do art. 71 da CLT

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 Assegurar a execução dos serviços especificados neste Termo de Referência, considerando não haver no quadro de pessoal do Tribunal cargos especializados com as atribuições indicadas. A gravação das Sessões do Tribunal Pleno, da Seção Especializada, das Turmas e, eventualmente, de eventos, justifica-se pela necessidade de se ouvir julgamentos para dirimir dúvidas quando da confecção de Resoluções ou Certidões de Julgamento, para gravação de julgamentos a pedido de Desembargadores e Advogados, além de auxiliar na confecção da ata das sessões.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1 Os dispêndios decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos orçamentários próprios deste Tribunal, na classificação do Programa de Trabalho – Apreciação de causas na Justiça do Trabalho, e Elemento de Despesa 3.3.90.37 – Locação de mão-de-obra.

4. PREÇOS MÁXIMOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Os preços máximos para a presente contratação são:

LOTE 1 - CAPITAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Item	Preço Mensal máximo por posto (A)	Quantidade de Postos (B)	Preço Anual máximo (AxBx12)
1	R\$ 4.953,94	4	R\$ 237.789,12
2	R\$ 6.323,11	1	R\$ 75.877,32
VALOR TOTAL MÁXIMO PARA O LOTE 1			R\$ 313.666,44

LOTE 2 - INTERIOR			
Item	Preço Mensal máximo por posto (A)	Quantidade de Postos (B)	Preço Anual máximo (AxBx12)
1	R\$ 4.953,94	3	R\$ 178.341,84
2	R\$ 6.323,11	3	R\$ 227.631,96
VALOR TOTAL MÁXIMO PARA O LOTE 2			R\$ 405.973,80

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

5.1 Os profissionais da equipe fornecida pela Contratada deverão contar com as seguintes formações, atribuições e experiência:

5.1.1 Escolaridade, formação profissional e habilidades

a) **Operador de Áudio:** os profissionais que atuarão na função de Técnico em Gravação de Áudio deverão possuir, cumulativamente:

- Escolaridade mínima de 2º grau completo, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
- Curso de operador de áudio em equipamentos digitais e analógicos, comprovado mediante certificado e/ou diploma;
- Noções de informática;
- Registro profissional como Operador de Áudio de Delegacia Regional do Trabalho CBO 3741-05
- Habilidades para operação com programas de computador (softwares) utilizados para edição de áudio;

5.1.2 Atribuições

5.1.2.1 Os Operadores de Áudio, nos termos do quadro anexo do Decreto 84.134/79, deverão desempenhar as seguintes atividades:

- Efetuar serviços de operação do áudio do sistema de som ambiente do TRT;
- Operar mesas de áudio analógicas e digitais, amplificadores e outros periféricos durante a gravação das sessões do plenário e de outros eventos em ambientes internos e externos ao Tribunal;
- Cuidar da transmissão através dos microfones, garantindo a qualidade do áudio;
- Gravação e edição de áudio em software profissional;
- Formulação de diagnósticos para consertos especializados;
- Efetuar a instalação de sistema móvel de som em ambientes diversos, nas dependências do TRT ou em ambientes externos ao Tribunal;
- Fazem parte, ainda, das atribuições do operador: o transporte, montagem, desmontagem e o armazenamento dos equipamentos em locais definidos pela fiscalização;
- O Operador de Áudio também viajará para todas as Unidades do Tribunal em que haja a necessidade do serviço. Até que sejam implantados postos no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Polo Interior, o operador que atua no Polo Capital viajará para as Unidades que compõe o Polo Interior.

Execução de outras atividades correlatas

5.1.2.2 O Operador de Áudio Chefe deverá desempenhar todas as funções de um Operador de Áudio, conforme o item 5.1.2.1 e também as elencadas a seguir:

- a) Representar o CONTRATADO junto à FISCALIZAÇÃO e ser responsável pelas comunicações entre ambos;
- b) Será responsável pelo nível de qualidade das tarefas executadas pelos outros profissionais;
- c) Coordenar e controlar as atividades desempenhadas pelos profissionais, atuando como chefe dos demais profissionais;
- d) Ser responsável pela dispensa e admissão de profissionais durante o contrato;
- e) Elaborar relatórios mensais sobre os serviços prestados;
- f) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos empregados acidentados ou acometidos de quaisquer problemas de saúde;
- g) Entregar mensalmente toda a documentação trabalhista que for necessária e solicitada;
- h) Controlar a presença dos empregados de forma a garantir que os postos de trabalho ora contratados estejam sempre ocupados;
- i) Outras atividades correlatas.

5.1.2.3 Além das atribuições listadas nos subitens 5.1.2.1 e 5.1.2.2, o Operador de Áudio Chefe deverá atuar como elemento de contato com os agentes do TRT da 9ª Região, bem como distribuir para a equipe todas as programações dos eventos e coordenar a instalação, operação, desinstalação e guarda dos equipamentos e recursos utilizados.

5.2 O Tribunal disponibilizará à contratada, para fins de prestação dos serviços, os recursos necessários para viabilizar a operação.

6. PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- | |
|--|
| <p>6.1 O Tribunal informará, com antecedência mínima de cinco dias úteis, a data em que a contratada deverá iniciar os serviços de que trata a presente contratação.</p> <p>6.2 A Contratada deverá apresentar ao Contratante, por ocasião da implantação do posto de trabalho, o nome dos profissionais contratados e os documentos referentes às respectivas qualificações, para comprovação de que os títulos e/ou experiência são compatíveis com o exigido na cláusula segunda deste contrato.</p> <p>6.3 A troca dos profissionais indicados na listagem inicial deverá ser precedida de prévia comunicação ao Contratante, devendo a Contratada comprovar a manutenção das qualificações exigidas o item 5 deste instrumento.</p> <p>6.4 O horário de execução dos serviços compreenderá o período das 8h a 20h, de segunda a sexta-feira e, eventualmente, em finais de semana e feriados, considerando-se a demanda de serviços e as escalas expedidas pela fiscalização, a critério exclusivo dessa.</p> <p>6.5 Os empregados das empresas contratadas ficarão lotados na Seção Técnica de Áudio em Curitiba, e nas Divisões de Apoio Administrativo do interior, podendo ficar lotados em Cascavel, Londrina e/ou Maringá. Os serviços serão executados nos imóveis localizados nos endereços abaixo especificados. Poderão ser incluídas novas Unidades aos Polos na medida em que sejam instaladas novas Varas do Trabalho ou Postos de Atendimento, bem como excluídos alguns imóveis ou alterados os endereços. Até a implantação dos postos no interior os profissionais do Lote da Capital poderão efetuar os serviços em todos os Polos que compõe o Tribunal.</p> |
|--|



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

LOTE 1: POLO CAPITAL

Sede: Seção Técnica de Áudio - Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528 - Curitiba, PR, fone: (41) 3310-7146.

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DA SEDE REGIONAL (Km)
1	Fórum de 1ª Inst. de Araucária	Rua Alfredo Charvet, 862, Bairro Vila Nova	27
2	Posto de Atendimento de Campo Largo	Av. Padre Natal Pigatto, n.º 1675, Vila Elizabeth	29
3	Vara do Trab. de Castro	Rua Dom Pedro II, 1027	131
4	Vara do Trab. de Colombo	Rua José Cavassin, 125, Centro	15
5	Curitiba I – TRT - 9ª Região	Alameda Carlos de Carvalho, 528	0
6	Curitiba II – Fórum de 1ª Instância	Av. Vicente Machado n.º 400, Centro	0
7	Curitiba III – Unidade Administrativa	Av. Vicente Machado, n.º 147	0
8	Curitiba IV – Barracão – Cajuru	Rua Vidal N. da Silva, 600, Cajuru	0
9	Vara do Trab. de Irati	Rua Lino Esculápio, 1260	150
10	Fórum de 1ª Inst. de Paranaguá	Rua Manoel Pereira, esq. Odilon Mader	90
11	Vara do Trab. de Pinhais	Av. América do Sul, 629	10
12	Fórum de 1ª Inst. de Ponta Grossa	R. Maria Rita Perpétuo da Cruz, 11 - Oficinas	118
13	Posto de Atendimento de Rio Negro	Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Seminário.	104
14	Fórum de 1ª Inst. de S.José dos Pinhais	Av. das Nações Unidas, 1101	19
15	Vara Itinerante de S. Mateus do Sul	Rua D.Pedro II, 842/844 - Centro	149
16	Vara do Trab. de Telêmaco Borba	R.Gov. Bento M. da Rocha Neto, 344, Macopa	241
17	Vara do Trab. de União da Vitória	Rua Coronel João Gualberto, 330	239

LOTE 2: POLO INTERIOR

CASCADEL - Sede: Divisão de Apoio Administrativo Cascavel - Rua Guaracás, 387, Bairro Santo Onofre, Cascavel, PR, fone: (45) 3411-4393

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DA SEDE REGIONAL (Km)
1	Vara do Trab. de Assis Chateaubriand	Av. Cívica, 260 – Centro Cívico	94
2	Fórum de 1ª Instância de Cascavel	Rua Galibis, 328 – Jardim Santo Onofre	0
3	Vara do Trab. de Dois Vizinhos	Rua Dedi Barrichelo Montagnes, 191, Centro	180
4	Vara do Trab. de Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo, 2322 – Centro	175
5	Fórum de 1ª Inst. de Foz do Iguaçu	Rua Santos Dumont, 460, Centro	145



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

6	Fórum de 1ª Inst. de Guarapuava	Rua Afonso Botelho, 104 – Trianon	238
7	Vara do Trab. de Laranjeiras do Sul	Rua Marechal Cândido Rondon, 1975, Centro	142
8	Vara do Trab. de Mal. Cândido Rondon	Rua Pastor Meier, 799 – Centro	83
9	Vara Itinerante de Medianeira	Av. Pedro Soccol, 2500 – Centro	86
10	Vara do Trab. de Palmas	Rua Dr. Bernardo Ribeiro Viana, n.º 976, Sl.	306
11	Posto de Atendimento em Palotina	Rua Ipiranga, 716, Praça da Liberdade	173
12	Vara do Trab. de Pato Branco	R. Paraná, 1547, esquina com R. Pio XII - Centro	250
13	Vara do Trab. de Toledo	Rua Santos Dumont, 3080, Centro	45

MARINGÁ - Sede: Divisão de Apoio Administrativo: Avenida Gastão Vidigal, 494, Bairro Centro Cívico, fone: (44) 3306-5281/5282

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DA SEDE REGIONAL (Km)
1	Vara do Trab. de Campo Mourão	Av. Goioerê, 779, Centro	98
2	Vara do Trab. de Cianorte	Travessa Itororó, 188, Centro	81
3	Vara Itinerante de Goioerê	Av. Mauro Mori, 520, Centro	165
4	Vara de Trab. de Ivaiporã	Av. Brasil, 345, Centro	135
5	Posto de Atendimento de Loanda	Avenida Munhoz da Rocha, 1483, Centro	150
6	Fórum de 1ª Instância de Maringá	Av. Gastão Vidigal, 823, Bairro Aeroporto	0
7	Vara do Trab. de Nova Esperança	Praça Prefeito Pedro Zanusso, 236	28
8	Vara do Trab. de Paranavaí	Rua Antônio Vendramim, 2150, Jardim Ibirapuera	77
9	Posto de Atendimento em Pitanga	Rua Caetano Munhoz da Rocha, 423	239
10	Fórum de 1ª Instância de Umuarama	Av. Rio Branco, 3700 – Centro Cívico	162

LONDRINA - Sede: Divisão de Apoio Administrativo - Rua D. João VI, 395, Bairro Aeroporto, Londrina, PR, fone: (43) 3315-3890/3892

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DA SEDE REGIONAL (Km)
1	Vara do Trab. de Arapongas	Rua Harpia, 405, Centro	43
2	Vara do Trab. de Apucarana	Rua São Paulo, 95, Vila Feliz	61
3	Vara do Trab. de Bandeirantes	Av. Bandeirante, 925, Centro	100
4	Vara do Trab. de Cambé	Rua da Esperança, 360, Conj. Habitacional Tancredo Neves	18
5	Vara do Trab. de Cornélio Procopio	Rua Paraíba, 189, Centro	66
6	Posto de Atendimento de Ibaiti	Rua Euclides Monteiro, n.º 739, Centro	170
7	Vara do Trab. de Jacarezinho	Rua Dom Fernando Taddei, 1636, Centro	153



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

8	Vara do Trab. de Jaguariaíva	Rua Ten. Cel Joaquim Carneiro, 331, Centro	288
9	Fórum de 1ª Instância de Londrina	Av. do Café, 600	0
10	Vara do Trab. de Porecatu	Rua Belo Horizonte, 434	83
11	Vara do Trab. de Rolândia	Av. Presidente Vargas, 2270, Centro	25
12	Vara do Trab. de S. Antônio da Platina	Rua 13 de Maio, 167, Praça São Benedito	149
13	Vara do Trab. de Wenceslau Braz	Rua Expedicionários, 20, Centro	226

- 6.6 Quando houver a necessidade de execução de serviços em eventos que se prolonguem além das 20h ou nos finais de semana e feriados, a Contratada será comunicada pelo fiscal do contrato com antecedência mínima de 24 horas úteis.
- I) A adoção de compensação ou pagamento de horas extras fica vinculada à Cláusula Vigésima Nona – Banco de Horas, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato dos Radialistas do Paraná (Sindrad).
- II) Para fins de controle de jornada do funcionário que efetuará viagens, poderá ser utilizada a ficha do motorista, servidor que conduzirá o carro do Tribunal. O servidor lotado na Unidade em que haverá a prestação dos serviços, no caso em que o fiscal não acompanhar a viagem, deverá atestar que o funcionário executou os serviços, bem como indicar o horário de atuação do trabalhador.
- 6.7 O Fiscal da contratação poderá efetuar a redistribuição de postos de trabalho ou ainda a alteração do horário do funcionamento desses, de acordo com o interesse do Contratante.
- 6.8 Nos casos em que haja alteração dos horários de funcionamento dos postos dentro do intervalo previsto no item 6.4, a Contratada será comunicada pelo Fiscal com antecedência mínima de 24 horas úteis, e terá o prazo de 24 horas úteis, contado do recebimento da comunicação, para promover os acertos necessários.

7. DOS UNIFORMES E COMPLEMENTOS

- 7.1 Caberá à Contratada fornecer a cada um de seus empregados, para uso obrigatório, sem custo para eles, crachá de identificação e uniforme.
- 7.2 O quantitativo de peças de uniforme a ser fornecido a cada empregado e a especificação dos itens são os seguintes:

Item	Descrição Uniforme Masculino	Quantidade por ano
1	Terno Social Completo Preto (calça social, paletó, gravata preta)	1
2	Camisas brancas manga longa de algodão	4
3	Camisas branca manga curta	3
4	Camisetas brancas	2
5	Par de sapatos tipo social, na cor preta, 100% em couro, solado antiderrapante de PU com bolha de ar/gel para absorção de impacto nas articulações ou borracha anti-stress, forro em couro para absorção natural da transpiração, palmilha acolchoada com memória permanente e que não se deforma, anti-odor	3
6	Par de meias em tecido liso, 100% poliamida, na cor preta, tamanho único	6
7	Cintos pretos	2
8	Calças sociais pretas	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

9	Calça jeans preta	1
10	Suéter de fio preto	1
11	Jaqueta impermeável, preta com zíper	1
12	Calçado de Segurança com biqueira de PVC	2
13	Luva Pigmentada	4
14	E outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que se fizerem necessários conforme legislação aplicáveis	

Item	Descrição Uniforme Feminino	Quantidade por ano
1	Terno Social Completo Preto (calça social, paletó)	1
2	Camisas brancas manga longa de algodão	4
3	Camisas branca manga curta	3
4	Camisetas brancas	2
5	Par de sapatos tipo social, na cor preta, 100% em couro, solado antiderrapante de PU com bolha de ar/gel para absorção de impacto nas articulações ou borracha anti-stress, forro em couro para absorção natural da transpiração, palmilha acolchoada com memória permanente e que não se deforma, anti-odor, com salto baixo	2
6	Par de meia calça preta fio 40	6
7	Cintos pretos	2
8	Calças sociais pretas	3
9	Calça jeans preta	1
10	Suéter de fio preto	1
11	Jaqueta impermeável, preta com zíper	1
12	Pares de alpargata preta ou sliper preto	2
13	E outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que se fizerem necessários conforme legislação aplicáveis	

Nota 1: Antes da sua distribuição aos empregados, a empresa contratada submeterá amostras dos modelos de uniformes para prévia aprovação do TRT 9ª REGIÃO. O padrão dos uniformes será de primeira linha;

Nota 2: O prazo para utilização do uniforme no padrão estabelecido pelo contratante será de 30 dias , contados do início da prestação dos serviços. No período anterior será utilizado o uniforme padrão da empresa.

Nota 3: Para o estabelecimento do uniforme a empresa deverá observar as condições de cada região onde haverá a prestação dos serviços, de forma a fornecer uniformes adequados ao clima (temperatura); nas cidades em que as temperaturas são mais elevadas as roupas deverão ser mais leves e nas localidades em que o inverno é mais rigoroso as roupas de inverno deverão ser mais pesadas.

Nota 4: Os equipamentos de Proteção Individual deverão ser entregues de acordo com os riscos observados conforme o Programa de Proteção a Riscos Ambientais (PPRA), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Ergonômico e NR-6.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- (7.3) O crachá deverá conter, no mínimo, o nome da empresa e o nome, função e foto do empregado.
- (7.4.) Todos os itens do uniforme deverão ter sempre boa apresentação e ser renovados conforme os prazos indicados no quadro do item 7.2 ou sempre que apresentem aspecto incompatível com o trabalho, sem gerar nenhum encargo para os empregados da Contratada ou para o Tribunal.

8. <u>DA VINCULAÇÃO</u>

- 8.1 A contratação fica vinculada aos elementos constantes do **Pregão n.º 116/2015 (Processo Geral n.º 1102/2015)** e aos termos da proposta da licitante vencedora.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1 - DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	FAX:	
E-MAIL:		
PESSOA PARA CONTATO:		
BANCO:		
AG. N.º:	CONTA CORRENTE N.º:	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO A SER CELEBRADO COM A LICITANTE VENCEDORA DO PREGÃO nº 116/2015

NOME:	
CARGO OCUPADO NA EMPRESA:	
RG:	CPF:
ENDEREÇO:	

2 - DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO Nº 116/2015 DO TRT DA 9ª REGIÃO:

LOTE 1 - CAPITAL			
Item	Preço Mensal por posto (A)	Quantidade de Postos de registro de preços (B)	Preço Anual (AxBx12)
1		4	
2		1	
VALOR TOTAL PARA O LOTE 1			

LOTE 2 - INTERIOR			
Item	Preço Mensal por posto (A)	Quantidade de Postos de registro de preços (B)	Preço Anual (AxBx12)
1		3	
2		3	
VALOR TOTAL PARA O LOTE 2			

3 - DA VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1 - MÍNIMO DE 60 DIAS CONTADOS DA DATA DA SESSÃO.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura e nome legível
do procurador/responsável:



**ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS -
(VALORES ESTIMATIVOS)**

PLANILHA EM EXCEL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e quinze, na Secretaria de Licitações e Contratos do TRT da 9ª Região, localizado na Avenida Vicente Machado, 147 – 10º andar, Centro, Curitiba-PR, CEP 80420-010, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.141.166/0001-16, neste ato representado por _____(nome)_____, _____(cargo)_____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida na Rua _____, Estado do _____, neste ato representado por _____(nome)_____, _____(cargo)_____, resolvem, nos termos do Decreto 7.892/2013, bem como da Lei 8.666/1993, da Lei 10.520/2002 e, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico n.º 116/2015**, devidamente homologado à fl. ____ do aludido processo, REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos objetos a seguir.

LOTE XX

Item	Cargo	Quantitativo	Jornada de Trabalho Semanal	PREÇO MENSAL POR CARGO
1				R\$._____
2				R\$._____

EMPRESA:	
CNPJ	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
PESSOA PARA CONTATO:	
EMAIL:	

CONDIÇÕES GERAIS:

A existência de preços registrados não obriga o TRT 9ª Região a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

As quantidades e o prazo de contratação dos serviços obedecerão aos critérios estabelecidos no edital do **Pregão n.º 116/2015**.

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, contados de sua assinatura. E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento.

(assinatura)
xxxxNOMExxxx
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Órgão Gerenciador

(assinatura)
xxxxNome do representante (sócio/procurador etc.) xxxx
xxxxxEmpresa vencedoraxxxx



ANEXO V - MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO

CONTRATO N.º/20xx

Contrato de prestação de serviços terceirizados que celebram, de um lado a UNIÃO, representada pelo **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, e de outro XXXXXXXX, decorrente do processo de licitação Pregão Eletrônico nº 116/2015, Processo Geral nº 1260/2015.

CONTRATANTE: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.141.166/0001-16, sediado na Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representado por -----, -----, RG n.º ----- e CPF n.º -----, residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA: -----**(nome da empresa)**-----, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º --- -----, estabelecida na Rua -----, n.º-----, neste ato representada por --- -(cargo)---, ----(nome do responsável)---, portadora do RG n.º -----, CPF n.º -----, residente e domiciliado nesta capital, na Rua ----- --, n.º -----, cidade de -----, CEP -----.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:

O presente instrumento destina-se à contratação de **serviços de sonorização, operacionalização de áudio/vídeo e gravação em áudio**, em sessões, seminários, reuniões e outros eventos realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, contemplando os serviços e quantidades de postos de trabalho a seguir elencados:

LOTE 1 - CAPITAL				
Item	Posto de Trabalho	Carga horária semanal	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações)	Quantidade para contratação imediata
1	Operador de Áudio 6 horas/dia	30 horas*	3741-05	2
2	Operador de Áudio Chefe 6 horas/dia	30 horas*	3741-05	1

* Intervalo de 15 minutos – parágrafo 1º do art. 71 da CLT

LOTE 2 - INTERIOR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Item	Posto de Trabalho	Carga horária semanal	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações)	
1	Operador de Áudio 6 horas/dia	30 horas*	3741-05	
2	Operador de Áudio Chefe 6 horas/dia	30 horas*	3741-05	

* Intervalo de 15 minutos – parágrafo 1º do art. 71 da CLT

Parágrafo Único - Pelos serviços prestados o Contratante pagará os valores mensais constantes na tabela a seguir:

LOTE 1 - CAPITAL			
Item	Preço Mensal por posto (A)	Quantidade de Postos de registro de preços (B)	Preço Anual (AxBx12)
1		4	
2		1	
VALOR TOTAL PARA O LOTE 1			

LOTE 2 - INTERIOR			
Item	Preço Mensal por posto (A)	Quantidade de Postos de registro de preços (B)	Preço Anual (AxBx12)
1		3	
2		3	
VALOR TOTAL PARA O LOTE 2			

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO:

Os profissionais da equipe fornecida pela Contratada deverão contar com as seguintes formações, atribuições e experiência:

§1º - Escolaridade, formação profissional e habilidades

- I) **Operador de Áudio:** os profissionais que atuarão na função de Técnico em Gravação de Áudio deverão possuir, cumulativamente:
 - a) Escolaridade mínima de 2º grau completo, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
 - b) Curso de operador de áudio em equipamentos digitais e analógicos, comprovado mediante certificado e/ou diploma;
 - c) Noções de informática;
 - d) Registro profissional como Operador de Áudio de Delegacia Regional do Trabalho CBO 3741-05
 - e) Habilidades para operação com programas de computador (softwares) utilizados para edição de áudio;

§2º - Atribuições



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- l) Os Operadores de Áudio, nos termos do quadro anexo do Decreto 84.134/79, deverão desempenhar as seguintes atividades:
- a) Efetuar serviços de operação do áudio do sistema de som ambiente do TRT;
 - b) Operar mesas de áudio analógicas e digitais, amplificadores e outros periféricos durante a gravação das sessões do plenário e de outros eventos em ambientes internos e externos ao Tribunal;
 - c) Cuidar da transmissão através dos microfones, garantindo a qualidade do áudio;
 - d) Gravação e edição de áudio em software profissional;
 - e) Formulação de diagnósticos para concertos especializados;
 - f) Efetuar a instalação de sistema móvel de som em ambientes diversos, nas dependências do TRT ou em ambientes externos ao Tribunal;
 - g) Fazem parte, ainda, das atribuições do operador: o transporte, montagem, desmontagem e o armazenamento dos equipamentos em locais definidos pela fiscalização;
 - h) O Operador de Áudio também viajará para todas as Unidades do Tribunal em que haja a necessidade do serviço. Até que sejam implantados postos no Polo Interior, o operador que atua no Polo Capital viajará para as Unidades que compõe o Polo Interior.

§3º - Execução de outras atividades correlatas

- l) O Operador de Áudio Chefe deverá desempenhar todas as funções de um Operador de Áudio, conforme o §2º e também as elencadas a seguir:
- a) Representar o contratado junto à fiscalização e ser responsável pelas comunicações entre ambos;
 - b) Será responsável pelo nível de qualidade das tarefas executadas pelos outros profissionais;
 - c) Coordenar e controlar as atividades desempenhadas pelos profissionais, atuando como chefe dos demais profissionais;
 - d) Ser responsável pela dispensa e admissão de profissionais durante o contrato;
 - e) Elaborar relatórios mensais sobre os serviços prestados;
 - f) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos empregados acidentados ou acometidos de quaisquer problemas de saúde;
 - g) Entregar mensalmente toda a documentação trabalhista que for necessária e solicitada;
 - h) Controlar a presença dos empregados de forma a garantir que os postos de trabalho ora contratados estejam sempre ocupados;
 - i) Outras atividades correlatas.

§4º - Além das atribuições listadas nos §§ 2º e 3º desta cláusula, o Operador de Áudio Chefe deverá atuar como elemento de contato com os agentes do TRT da 9ª Região, bem como distribuir para a equipe todas as programações dos eventos e coordenar a instalação, operação, desinstalação e guarda dos equipamentos e recursos utilizados.

§5º - O Tribunal disponibilizará à contratada, para fins de prestação dos serviços, os recursos necessários para viabilizar a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O Contratante informará, com antecedência mínima de cinco dias úteis, a data em que a contratada deverá iniciar os serviços de que trata a presente contratação.

§1º - A Contratada deverá apresentar ao Contratante, por ocasião da implantação do posto de trabalho, o nome dos profissionais contratados e os documentos referentes às respectivas qualificações, para comprovação de que os títulos e/ou experiência são compatíveis com o exigido na cláusula segunda deste contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

§2º - A troca dos profissionais indicados na listagem inicial deverá ser precedida de prévia comunicação ao Contratante, devendo a Contratada comprovar a manutenção das qualificações exigidas neste instrumento.

§3º - O horário de execução dos serviços compreenderá o período das 8h a 20h, de segunda a sexta-feira e, eventualmente, em finais de semana e feriados, considerando-se a demanda de serviços e as escalas expedidas pela fiscalização, a critério exclusivo dessa.

§4º - Os empregados das contratadas ficarão lotados na Seção Técnica de Áudio em Curitiba e nas Divisões de Apoio Administrativo do interior (Cascavel, Londrina e Maringá). Até a implantação dos postos no interior os profissionais do Lote da Capital poderão efetuar os serviços em todos os Polos que compõe o Tribunal.

§5º - Os serviços serão executados nos imóveis localizados nos endereços abaixo especificados, podendo ser incluídas novas Unidades aos Polos, bem como excluídos ou alterados os endereços:

I) LOTE 1: POLO CAPITAL

Sede: Seção Técnica de Áudio - Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528 - Curitiba, PR, fone: (41) 3310-7146.

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DA SEDE REGIONAL (Km)
1	Fórum de 1ª Inst. de Araucária	Rua Alfredo Charvet, 862, Bairro Vila Nova	27
2	Posto de Atendimento de Campo Largo	Av. Padre Natal Pigatto, n.º 1675, Vila Elizabeth	29
3	Vara do Trab. de Castro	Rua Dom Pedro II, 1027	131
4	Vara do Trab. de Colombo	Rua José Cavassin, 125, Centro	15
5	Curitiba I – TRT - 9ª Região	Alameda Carlos de Carvalho, 528	0
6	Curitiba II – Fórum de 1ª Instância	Av. Vicente Machado n.º 400, Centro	0
7	Curitiba III – Unidade Administrativa	Av. Vicente Machado, n.º 147	0
8	Curitiba IV – Barracão – Cajuru	Rua Vidal N. da Silva, 600, Cajuru	0
9	Vara do Trab. de Irati	Rua Lino Esculápio, 1260	150
10	Fórum de 1ª Inst. de Paranaguá	Rua Manoel Pereira, esq. Odilon Mader	90
11	Vara do Trab. de Pinhais	Av. América do Sul, 629	10
12	Fórum de 1ª Inst. de Ponta Grossa	R. Maria Rita Perpétuo da Cruz, 11 - Oficinas	118
13	Posto de Atendimento de Rio Negro	Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Seminário.	104
14	Fórum de 1ª Inst. de S.José dos Pinhais	Av. das Nações Unidas, 1101	19
15	Vara Itinerante de S. Mateus do Sul	Rua D.Pedro II, 842/844 - Centro	149
16	Vara do Trab. de Telêmaco Borba	R.Gov. Bento M. da Rocha Neto, 344, Macopa	241
17	Vara do Trab. de União da Vitória	Rua Coronel João Gualberto, 330	239

II) LOTE 2: POLO INTERIOR

a) CASCAVEL - Sede: Divisão de Apoio Administrativo Cascavel - Rua Guaracás, 387, Bairro Santo Onofre, Cascavel, PR, fone: (45) 3411-4393



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DA SEDE REGIONAL (Km)
1	Vara do Trab. de Assis Chateaubriand	Av. Cívica, 260 – Centro Cívico	94
2	Fórum de 1ª Instância de Cascavel	Rua Galibis, 328 – Jardim Santo Onofre	0
3	Vara do Trab. de Dois Vizinhos	Rua Dedi Barrichelo Montagnes, 191, Centro	180
4	Vara do Trab. de Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo, 2322 – Centro	175
5	Fórum de 1ª Inst. de Foz do Iguaçu	Rua Santos Dumont, 460, Centro	145
6	Fórum de 1ª Inst. de Guarapuava	Rua Afonso Botelho, 104 – Trianon	238
7	Vara do Trab. de Laranjeiras do Sul	Rua Marechal Cândido Rondon, 1975, Centro	142
8	Vara do Trab. de Mal. Cândido Rondon	Rua Pastor Meier, 799 – Centro	83
9	Vara Itinerante de Medianeira	Av. Pedro Soccol, 2500 – Centro	86
10	Vara do Trab. de Palmas	Rua Dr. Bernardo Ribeiro Viana, n.º 976, Sl.	306
11	Posto de Atendimento em Palotina	Rua Ipiranga, 716, Praça da Liberdade	173
12	Vara do Trab. de Pato Branco	R. Paraná, 1547, esquina com R. Pio XII - Centro	250
13	Vara do Trab. de Toledo	Rua Santos Dumont, 3080, Centro	45

b) MARINGÁ - Sede: Divisão de Apoio Administrativo: Avenida Gastão Vidigal, 494, Bairro Centro Cívico, fone: (44) 3306-5281/5282

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DA SEDE REGIONAL (Km)
1	Vara do Trab. de Campo Mourão	Av. Goioerê, 779, Centro	98
2	Vara do Trab. de Cianorte	Travessa Itororó, 188, Centro	81
3	Vara Itinerante de Goioerê	Av. Mauro Mori, 520, Centro	165
4	Vara de Trab. de Ivaiporã	Av. Brasil, 345, Centro	135
5	Posto de Atendimento de Loanda	Avenida Munhoz da Rocha, 1483, Centro	150
6	Fórum de 1ª Instância de Maringá	Av. Gastão Vidigal, 823, Bairro Aeroporto	0
7	Vara do Trab. de Nova Esperança	Praça Prefeito Pedro Zanusso, 236	28
8	Vara do Trab. de Paranavaí	Rua Antônio Vendramim, 2150, Jardim Ibirapuera	77
9	Posto de Atendimento em Pitanga	Rua Caetano Munhoz da Rocha, 423	239
10	Fórum de 1ª Instância de Umuarama	Av. Rio Branco, 3700 – Centro Cívico	162

c) LONDRINA - Sede: Divisão de Apoio Administrativo - Rua D. João VI, 395, Bairro Aeroporto, Londrina, PR, fone: (43) 3315-3890/3892



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DA SEDE REGIONAL (Km)
1	Vara do Trab. de Arapongas	Rua Harpia, 405, Centro	43
2	Vara do Trab. de Apucarana	Rua São Paulo, 95, Vila Feliz	61
3	Vara do Trab. de Bandeirantes	Av. Bandeirante, 925, Centro	100
4	Vara do Trab. de Cambé	Rua da Esperança, 360, Conj. Habitacional Tancredo Neves	18
5	Vara do Trab. de Cornélio Procopio	Rua Paraíba, 189, Centro	66
6	Posto de Atendimento de Ibaiti	Rua Euclides Monteiro, n.º 739, Centro	170
7	Vara do Trab. de Jacarezinho	Rua Dom Fernando Taddei, 1636, Centro	153
8	Vara do Trab. de Jaguariaíva	Rua Ten. Cel Joaquim Carneiro, 331, Centro	288
9	Fórum de 1ª Instância de Londrina	Av. do Café, 600	0
10	Vara do Trab. de Porecatu	Rua Belo Horizonte, 434	83
11	Vara do Trab. de Rolândia	Av. Presidente Vargas, 2270, Centro	25
12	Vara do Trab. de S. Antônio da Platina	Rua 13 de Maio, 167, Praça São Benedito	149
13	Vara do Trab. de Wenceslau Braz	Rua Expedicionários, 20, Centro	226

§6º - Quando houver necessidade de execução de serviços em eventos que se prolonguem além das 20h ou nos finais de semana e feriados, a Contratada será comunicada pelo fiscal do contrato com antecedência mínima de 24 horas úteis.

- I) A adoção de compensação ou pagamento de horas extras fica vinculada à Cláusula Vigésima Nona – Banco de Horas, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato dos Radialistas do Paraná (Sindrad).
- II) Para fins de controle de jornada do funcionário que efetuará viagens, poderá ser utilizada a ficha do motorista, servidor que conduzirá o carro do Tribunal. O servidor lotado na Unidade em que haverá a prestação dos serviços, no caso em que o fiscal não acompanhar a viagem, deverá atestar que o funcionário executou os serviços, bem como indicar o horário de atuação do trabalhador.

§7º - O Fiscal da contratação poderá efetuar a redistribuição de postos de trabalho ou ainda a alteração do horário do funcionamento desses, de acordo com o interesse do Contratante.

§8º - Nos casos em que haja alteração dos horários de funcionamento dos postos dentro do intervalo previsto no parágrafo terceiro desta cláusula, a Contratada será comunicada pelo Fiscal com antecedência mínima de 24 horas úteis, e terá o prazo de 24 horas úteis, contadas do recebimento da comunicação, para promover os acertos necessários.

CLÁUSULA QUARTA – DOS UNIFORMES E COMPLEMENTOS:

Caberá à Contratada fornecer a cada um de seus empregados, para uso obrigatório, sem custo para eles, crachá de identificação e uniforme.

§1º - O quantitativo de peças de uniforme a ser fornecido a cada empregado e a especificação dos itens são os seguintes:

Item	Descrição Uniforme Masculino	Quantidade por ano
------	------------------------------	--------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

1	Terno Social Completo Preto (calça social, paletó, gravata preta)	1
2	Camisas brancas manga longa de algodão	4
3	Camisas branca manga curta	3
4	Camisetas brancas	2
5	Par de sapatos tipo social, na cor preta, 100% em couro, solado antiderrapante de PU com bolha de ar/gel para absorção de impacto nas articulações ou borracha anti-stress, forro em couro para absorção natural da transpiração, palmilha acolchoada com memória permanente e que não se deforma, anti-odor	3
6	Par de meias em tecido liso, 100% poliamida, na cor preta, tamanho único	6
7	Cintos pretos	2
8	Calças sociais pretas	2
9	Calça jeans preta	1
10	Suéter de fio preto	1
11	Jaqueta impermeável, preta com zíper	1
12	Calçado de Segurança com biqueira de PVC	2
13	Luva Pigmentada	4
14	E outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que se fizerem necessários conforme legislação aplicáveis	

Item	Descrição Uniforme Feminino	Quantidade por ano
1	Terno Social Completo Preto (calça social, paletó)	1
2	Camisas brancas manga longa de algodão	4
3	Camisas branca manga curta	3
4	Camisetas brancas	2
5	Par de sapatos tipo social, na cor preta, 100% em couro, solado antiderrapante de PU com bolha de ar/gel para absorção de impacto nas articulações ou borracha anti-stress, forro em couro para absorção natural da transpiração, palmilha acolchoada com memória permanente e que não se deforma, anti-odor, com salto baixo	2
6	Par de meia calça preta fio 40	6
7	Cintos pretos	2
8	Calças sociais pretas	3
9	Calça jeans preta	1
10	Suéter de fio preto	1
11	Jaqueta impermeável, preta com zíper	1
12	Pares de alpargata preta ou sliper preto	2
13	E outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que se fizerem necessários conforme legislação aplicáveis	

Nota 1: Antes da sua distribuição aos empregados, a empresa contratada submeterá amostras dos modelos de uniformes para prévia aprovação do TRT 9ª REGIÃO. O padrão dos uniformes será de primeira linha;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Nota 2: O prazo para utilização do uniforme no padrão estabelecido pelo contratante será de 30 dias, contados do início da prestação dos serviços. No período anterior será utilizado o uniforme padrão da empresa.

Nota 3: Para o estabelecimento do uniforme a empresa deverá observar as condições de cada região onde haverá a prestação dos serviços, de forma a fornecer uniformes adequados ao clima (temperatura); nas cidades em que as temperaturas são mais elevadas as roupas deverão ser mais leves e nas localidades em que o inverno é mais rigoroso as roupas de inverno deverão ser mais pesadas.

Nota 4: Os equipamentos de Proteção Individual deverão ser entregues de acordo com os riscos observados conforme o PPRA, PCMSO, Laudo Ergonômico e NR-6.

§2º - O crachá deverá conter, no mínimo, o nome da empresa e o nome, função e foto do empregado.

§3º - Todos os itens do uniforme deverão ter sempre boa apresentação e ser renovados conforme os prazos indicados no quadro do §1º ou sempre que apresentem aspecto incompatível com o trabalho, sem gerar nenhum encargo para os empregados da Contratada ou para o Tribunal.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Competirá à contratada a prestação dos serviços objeto do contrato segundo as normas e condições consignadas neste instrumento e/ou decorrentes da legislação aplicável à espécie, cabendo-lhe em especial:

- I) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, bem como o registro do CBO;
- II) Abster-se de contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, de juízes e/ou servidores do quadro do TRT da 9ª Região, sejam eles ocupantes de cargos de chefia, direção, assessoramento, nos termos da Resolução 9/2005 do CNJ;
- III) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da manutenção das condições de execução contratual estabelecidas no ato convocatório;
- IV) Abster-se, durante a execução do contrato, de subcontratar a prestação dos serviços sem prévia e expressa autorização do Contratante, observado o disposto no art. 72 da Lei 8.666/93;
- V) Disponibilizar, no local indicado pelo Tribunal, no prazo de até 3 (três) dias contados do recebimento da autorização para iniciar os serviços, a lista com os nomes dos funcionários que farão parte da equipe de trabalho, com indicação do horário em que desempenharão suas atividades, respeitando o horário especificado no parágrafo terceiro da cláusula terceira deste instrumento;
- VI) Ter seus empregados apresentando-se sempre pontualmente, bem uniformizados e credenciados adequadamente para a realização de suas atividades.
- VII) Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas relativas aos profissionais designados para a prestação de serviços, mantendo atualizados seus registros e anotações trabalhistas e exibi-los sempre que solicitados pelo Tribunal;
- VIII) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPIs) aos seus empregados, quando necessário e de acordo com a legislação aplicável e conforme os programas PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico Ocupacional);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- IX)** Elaborar e apresentar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), nos termos da NR-9 da Portaria 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego; e o seu Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), nos termos da NR-7 da Portaria 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, e também Análise Ergonômica nos termos da NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, preferencialmente antes do início da prestação dos serviços;
- a) a elaboração de tais documentos deverá ser precedida de visita ao local onde serão prestados os serviços, sendo que tal visita deverá ser registrada por meio de um comprovante de visita atestado pelo fiscal;
 - b) no caso de impossibilidade da apresentação dos Programas mencionados neste inciso, antes do início da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentá-los no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias da assinatura do contrato, devendo tal impossibilidade ser justificada;
- X)** Apresentar ao Serviço de Gestão de Terceiros, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato e sempre que solicitado no decorrer da contratação:
- a) cópias das CTPS em que constem os devidos registros dos empregados, com remuneração não inferior aos valores mínimos definidos nas planilhas de formação de custos;
 - b) cópias das fichas de registro de empregado;
 - c) cópias dos recibos de entrega de equipamentos de proteção individual (EPI's) e uniformes, quando for o caso;
 - d) cópias dos exames médicos pré-admissionais que comprovem a aptidão dos empregados para as atividades que desempenharão;
 - e) comprovantes do grau de escolaridade mínimo e da qualificação profissional exigidos neste instrumento e, quando necessário, da habilitação para a função que irá exercer;
 - f) atestados de antecedentes criminais de todos os profissionais alocados para atuar nas instalações do Contratante;
 - g) as certidões/declarações previstas no art. 5º, § 1º, incs. I, II, III e V, da Resolução 156/12, do Conselho Nacional de Justiça, relativamente a todos os *supervisores* que atuarão na fiscalização dos demais profissionais alocados.
- XI)** Enviar mensalmente ao Serviço de Gestão de Terceiros, a fim de comprovar a quitação das obrigações legais do mesmo mês da prestação dos serviços a que a nota fiscal se referir, cópias dos seguintes documentos:
- a) Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e/ou GRFC;
 - b) GPS e, na competência dezembro, também a GPS 13º salário;
 - c) Resumo da Folha de Pagamento dos funcionários;
 - d) Contracheques datados e assinados e, na competência dezembro, também o contracheque do 13º salário;
 - e) Comprovante de entrega/pagamento dos Vales-transportes, datados e assinados;
 - f) Comprovante de entrega/pagamento dos Vales-Refeição, datados e assinados;
 - g) Os comprovantes de depósito de pagamentos poderão ser solicitados pelo SGT a qualquer tempo a fim de se possibilitar auditorias internas e efetiva fiscalização nos termos da Súmula 331 do TST;
 - h) Comprovante de pagamento do Seguro dos Empregados e relatório mensal dos segurados;
 - i) Comprovante de assistência médica dos empregados;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- j) aviso prévio, pedido de dispensa, TRCT com homologação e comprovantes de depósito, relativos aos empregados que eventualmente se tenham desligado da empresa;
 - k) Cópias dos cartões ou livro-ponto datados e assinados, com marcação do horário fiel de entrada/saída, sendo vedado o encaminhamento de documentos com horários britânicos, nos termos da legislação aplicável;
 - l) aviso de férias, recibo de férias e comprovante do respectivo depósito, para os profissionais que tenham sido avisados de férias ou as tenham fruído; comprovante de cumprimento de outras obrigações previstas em norma coletiva;
 - m) comunicação de acidente de trabalho (CAT) para os trabalhadores porventura acidentados em serviço;
 - n) comprovantes de entrega de equipamentos de proteção individual (EPIs) e uniformes;
 - o) comprovante de entrega da RAIS;
 - p) extrato individualizado relativo ao recolhimento de encargos previdenciários quando solicitado pelo SGT;
 - q) extrato individualizado relativo ao recolhimento do FGTS, quando solicitado pelo SGT, sendo que trimestralmente os extratos de todos os funcionários deverão ser encaminhados juntamente com a documentação mensal;
 - r) comprovante de realização dos treinamentos mensais conforme Resolução 98/2012 do CSJT;
 - s) cópias de anotações na CTPS (decorrente, por exemplo, de aumento salarial em virtude de negociação coletiva),
 - t) Outros que venham a ser solicitados pelo Tribunal.
- XII)** Apresentar, quando houver prorrogação do contrato, PPRA com nova validade, de preferência até o mês de vencimento do documento anterior, conforme consta na NR-9 da Portaria 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego e nos termos da NR-7 da Portaria 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- XIII)** Garantir a prestação dos serviços com alta qualificação técnica, fazendo com que seus profissionais zelem pelos equipamentos disponibilizados pelo Tribunal durante a realização dos eventos e atuem com conduta compatível com aquela exigida dos que prestam serviços no âmbito do TRT da 9ª Região;
- XIV)** Arcar com todos os custos e despesas resultantes de perda, extravio, panes ou defeitos de qualquer equipamento ou acessório sob sua responsabilidade, decorrentes de imperícia ou imprudência por parte de seus funcionários, a exemplo de ligações em voltagens indevidas, microfonia excessivas, queda de aparelhos, dentre outros;
- a) Para efeitos deste inciso, considerar-se-ão todos os insumos e trocas de peças e partes dos equipamentos, ou ainda, a reposição de equipamentos por outro de marca e modelo similar ou superior, caso o equipamento a ser substituído tenha saído da linha de produção.
- XV)** Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando imediatamente após a notificação qualquer empregado considerado com conduta inconveniente ou insatisfatória pela Administração;
- XVI)** Repor, no prazo de duas horas após a notificação, qualquer empregado faltante, em atraso ou ausente por motivos legais, não sendo permitida a prorrogação de jornada ("dobra"), devendo ainda:
- a) encaminhar, juntamente com o empregado substituto, a documentação indicada no inciso X desta cláusula;
 - b) não sendo possível o encaminhamento na forma da alínea 'a', declarar que o empregado substituto atende aos requisitos da referida documentação,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

comprometendo-se a apresentar os respectivos documentos no prazo de **três dias úteis**, contados da data da declaração;

Nota: Quando, diante das circunstâncias do caso concreto, o fiscal do contrato entender que a falta/atraso/ausência não prejudicam a prestação dos serviços, poderá dispensar a reposição prevista no *caput* do inc. XVI.

- XVII)** Substituir, a pedido do Contratante, no prazo de 24 horas, e observado o disposto nas alíneas do inc. XVI, qualquer empregado cuja atuação, a critério do Contratante, seja considerada insatisfatória e prejudicial aos interesses da Administração, vedado o reaproveitamento do empregado substituído na execução do presente contrato;
- XVIII)** Impedir a permanência ou o retorno às instalações deste Tribunal de mão-de-obra que venha a cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave;
- XIX)** Manter preposto, aceito pela Administração, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário;
- XX)** Manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;
- XXI)** Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto às normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- XXII)** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos postos e instalações onde houver prestação dos serviços;
- XXIII)** Inspeccionar os Postos de Trabalho contratados, obrigatoriamente, nos períodos determinados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
- XXIV)** Fiscalizar regularmente a execução e as condições em que os serviços estão sendo prestados;
- XXV)** Proibir que seus empregados executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviços;
- XXVI)** Permitir ao contratante o acesso diário ao controle de frequência;
- XXVII)** Fiscalizar para que os empregados, quando da prestação dos serviços, apresentem-se devidamente uniformizados, com identificação da empresa;
- XXVIII)** Providenciar seguro contra riscos de acidentes de trabalho em favor de seus empregados, responsabilizando-se também pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência não transferirá ao Contratante a responsabilidade pelos respectivos pagamentos nem poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do art. 71, *caput* e § 1º da Lei 8.666/93;

Nota: Compete à Contratada a movimentação/deslocamento de pessoas e materiais necessários à prestação dos serviços, cabendo-lhe, em relação aos empregados/profissionais, providenciar-lhes transporte até os postos de trabalho e retorno aos respectivos domicílios, por meios próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de interrupção dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a prestação de serviços extraordinários determinados pelo Contratante.
- XXIX)** Prestar assistência e atendimento médico aos seus empregados em caso de acidente de trabalho ou de outro evento que imponha tal prestação, instruindo-os adequadamente quanto à prevenção de incêndio nos locais de prestação dos serviços e à utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como acerca de procedimentos de coleta seletiva de resíduos sólidos e uso consciente dos recursos;
- XXX)** Assumir responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência do Tribunal;

- XXXI)** Instruir sua equipe a cumprir o disposto a seguir quando tiver acesso a informações confidenciais do TRT da 9ª Região:
- a) Manter sigilo sobre tais informações;
 - b) Limitar o acesso a essas informações pelos profissionais que estejam envolvidos diretamente na prestação dos serviços contratados;
 - c) Notificar prontamente ao Tribunal qualquer divulgação ou uso não autorizado dessas informações e seguir todos os passos indicados para remediar qualquer divulgação ou uso;
 - d) Não usar, gravar ou, de qualquer forma, reproduzir ou reter essas informações, exceto se autorizado por escrito pelo Tribunal;
 - e) Garantir que as pessoas com acesso a essas informações estejam avisadas de sua natureza confidencial e das obrigações originadas desses fatos.
- XXXII)** Não permitir a utilização dos telefones do Tribunal por seus empregados, diretamente ou via telefonistas, para ligações interurbanas de qualquer natureza ou para aparelhos celulares, para tratar de assuntos alheios ao serviço;
- XXXIII)** Executar os serviços de maneira que não interfiram no andamento da rotina de funcionamento do TRT da 9ª Região;
- XXXIV)** Comunicar à Administração, por escrito, condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- XXXV)** Manter as instalações dos postos de trabalho em perfeito estado de uso, conservação e asseio, bem como observar a organização e boa aparência do local de trabalho;
- XXXVI)** Comparecer obrigatoriamente às reuniões, que tenham sido agendadas com antecedência mínima de 24h, com presença de seu preposto, sempre que convocada pela Fiscalização;
- XXXVII)** Não será permitida a utilização dos equipamentos eletrônicos do TRT da 9ª Região para uso particular de reproduções ou gravações em mídias;
- XXXVIII)** Observar, durante toda a execução contratual, a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas previstas na presente contratação a afrodescendentes, nos termos da Resolução 131/13, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- XXXIX)** A Contratada deverá observar, durante a vigência do contrato, no que couber, o disposto no art. 93, incs. I a IV da Lei 8.213/91, que determina às empresas "com 100 (cem) ou mais empregados" o preenchimento de "2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas", sendo facultado à Contratada comprovar o cumprimento de tal disposição legal a partir de outros contratos mantidos com pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- XL)** Entregar, pagar e repassar os vales-transporte, salários, vales-refeição e demais vantagens decorrentes de negociação coletiva, instrumentos normativos ou lei, nos prazos previstos ou, inexistindo previsão expressa, nos prazos que CONTRATADA informar antecipadamente ao CONTRATANTE.
- a) fica estabelecido, salvo norma mais benéfica, que o fornecimento do vale-transporte deverá ocorrer com antecedência mínima de 1 dia útil em relação ao 1º dia útil de cada mês;
 - b) para os empregados contratados durante a execução do contrato o fornecimento do vale transporte deverá ser prévio ao início da prestação dos serviços.
- XLI)** Colaborar na divulgação e efetivação de campanhas e ações promovidas pelo Tribunal que porventura beneficiem os trabalhadores;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- XLII)** Viabilizar a emissão do “Cartão Cidadão” pela Caixa Econômica Federal aos empregados a serviço do Contratante, bem como viabilizar-lhes o acesso, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, a fim de verificar o recolhimento das contribuições previdenciárias;
- XLIII)** Responder pelos danos causados – inclusive por seus empregados e/ou prepostos – diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante, nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93;
- XLIV)** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do no art. 69 da Lei 8.666/93.

§1º - Toda a documentação exigida nos termos do presente instrumento deverá ser encaminhada por meio físico e eletrônico, na forma, organização, orientação e prazos estabelecidos pelo SGT. A documentação eletrônica deverá ser encaminhada de forma legível, por funcionário, com a identificação do CPF e/ou CNPJ e com arquivos nominados conforme tabela de nomenclatura a ser encaminhada pelo SGT.

§2º - A contratada tem a obrigação de obedecer à normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego; cumprir, além das normas de segurança vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal, as diretrizes de segurança, as normas e regulamentos internos ditados pelo CONTRATANTE;

§3º - A contratada deverá comprovar, sempre que requisitado, as seguintes condições :

- a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério de Trabalho e Emprego, por meio da Portaria 540/2004;
- b) Não ter sido condenada (a contratada ou seus dirigentes) por infringir as leis de combate à discriminação de raça, gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT número 29 e 105.

§4º - Neste instrumento, a contratada autoriza o contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento das obrigações dispostas nesta cláusula por parte da contratada até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

- a) Cabe à CONTRATADA demonstrar os valores que deverão ser pagos e o encaminhamento da documentação pertinente para que o CONTRATANTE efetue os pagamentos diretos.

§5º - Nos termos do art. 125, *caput*, da Lei 13.080/15, a Contratada deverá informar, “para fins de divulgação na *internet*”, nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos seus empregados na Administração-contratante.

§ 6º - As obrigações da Contratada expressamente enunciadas nesta cláusula não excluem as demais previstas no edital de licitação e anexos, bem como outras necessárias à execução do objeto do contrato e decorrentes da legislação, nos termos do art. 54, *caput*, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DEVERES E DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE:

Na execução do presente contrato, caberão ao Contratante, em especial, as seguintes providências:

- I) Proporcionar à Contratada as condições e facilidades para a regular e eficiente execução do contrato, prestar as informações e esclarecimentos solicitados pelo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

preposto e demais agentes da Contratada (empregados/profissionais) encarregados da prestação dos serviços;

- II) Assegurar o livre acesso dos agentes da Contratada, devidamente identificados, aos locais de prestação dos serviços, observado os demais procedimentos e normas internas de segurança;
- III) Disponibilizar instalações sanitárias para uso dos agentes da Contratada, bem como local para guarda de materiais – uniformes/equipamentos/ferramentas – necessários à prestação dos serviços;
- IV) Receber os serviços prestados e efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento, após a certificação da fiel e integral execução do objeto do contrato e do cumprimento, pela Contratada, das demais obrigações contratuais, especialmente no tocante aos encargos trabalhistas dos seus empregados.
- V) Fornecer materiais de apoio administrativo – inclusive de comunicação de voz de dados – necessários à prestação dos serviços.

§1º - É prerrogativa do Contratante, na vigência do contrato:

- I) Mediante servidores especialmente designados para tal fim, acompanhar e fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços bem como o cumprimento das demais obrigações da Contratada decorrentes da execução do contrato, especialmente no tocante à documentação exigida, assiduidade, pontualidade, registro profissional dos empregados e pagamento dos respectivos encargos trabalhistas;
- II) Determinar a suspensão da prestação dos serviços e a retirada do local de trabalho e imediata substituição de empregados da Contratada nas hipóteses previstas no inciso XV da Cláusula 5ª;
- III) Observado o disposto neste instrumento, definir e informar à Contratada a data de início da prestação dos serviços e os horários de trabalho e de intervalo intrajornada, bem como indicar os locais iniciais de execução e, eventualmente, as alterações (acréscimos/inclusões e supressões/exclusões) de postos de trabalho e correspondente realocação de empregados/profissionais.
- IV) Notificar à Contratada, por escrito, as irregularidades praticadas por seus agentes e prejudiciais à execução do contrato, determinando-lhe prazo e providências para imediata regularização das prestações, sob pena de inadimplemento contratual e respectivas cominações;
- V) Efetuar, a qualquer tempo, diretamente ou por intermédio de empresa especializada contratada para esse fim, inspeções de qualidade e medição nos serviços prestados pela Contratada.

§2º – Os deveres e prerrogativas expressamente ao Contratante nesta cláusula não excluem outras necessárias à integral e eficiente execução do objeto do contrato, decorrentes do regime jurídico de direito público aplicável às licitações e contratações administrativas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor do Contratante, representante da Administração, indicado na forma do art. 67 da Lei 8.666/93.

- I) O fiscal anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando as medidas necessárias para regularização de faltas ou defeitos observados.
- II) As decisões e providências que excederem as atribuições e competências do fiscal serão por ele encaminhadas oportunamente ao Serviço de Gestão de Terceiros (SGT) do Contratante, para adoção de medidas cabíveis.
- III) No exercício das atribuições de acompanhamento e fiscalização, o fiscal poderá suspender total ou parcialmente os serviços que estejam sendo prestados em desacordo com o contrato, bem como adotar outras medidas necessárias à regularidade da execução contratual, em especial:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- a) Determinar a retirada do local de trabalho e a imediata substituição de empregados da Contratada, nos termos do inciso XV da Cláusula 5ª e do inciso II do §1º da Cláusula 6ª ;
 - b) Examinar as carteiras profissionais dos empregados/profissionais prestadores dos serviços, a fim de comprovar o registro dos respectivos cargos/funções;
 - c) Realizar a conferência de toda a documentação trabalhista relativa aos empregados disponibilizados pela Contratada, observados os prazos e forma previstos neste instrumento;
 - d) Verificar o cumprimento, pela Contratada, das obrigações previstas na cláusula quinta, especialmente no inciso XI, valendo-se, para tanto, de informações integradas com o sindicato de classe.
- IV) O fiscal atestará o recebimento definitivo dos serviços, encaminhando ao setor competente as notas fiscais/faturas para pagamento à Contratada, observados o disposto na cláusula 10 deste instrumento.
- V) O fiscal do contrato proporcionará à Contratada todas as condições e facilidades para cumprimento das obrigações contratuais, garantindo o livre acesso de empregados, prepostos e representantes da Contratada aos locais de prestação dos serviços, observados os procedimentos e normas internas de segurança do Contratante.
- VI) Nos termos do art. 70, parte final, da Lei 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização do contrato por representante do Contratante não exclui nem reduz as responsabilidades da Contratada pelos prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA OITAVA - DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Programa de Qualificação:

- I) A Contratada, sob monitoramento do Serviço de Gestão de Terceiros - TRT da 9ª Região, providenciará programa de qualificação intitulado "treinamento introdutório" destinado a seus funcionários, com a finalidade de habilitá-los ao exercício de atividades nas dependências do CONTRATANTE.
- II) O TREINAMENTO INTRODUTÓRIO contemplará, no mínimo, o seguinte:
 - a) Apresentação do Tribunal;
 - b) A missão do Tribunal;
 - c) Relacionamento com o cliente:
 - O ambiente;
 - Cliente Interno x Cliente Externo;
 - Quem são os clientes de nossa organização;
 - as expectativas dos nossos clientes;
 - como atender um cliente insatisfeito.
 - d) Módulo comportamental;
 - Comunicação verbal;
 - Linguagem corporal;
 - Percepção;
 - Postura x Imagem (como sou visto);
 - Trabalho em equipe;
 - e) Módulo de higiene pessoal;
 - O que é Higiene;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- Objetivos da boa higiene;
 - Os Riscos da falta de Higiene;
 - Asseio e Conservação do Ser;
 - Profissão x Higiene (destacando os benefícios pessoais da boa apresentação pessoal);
 - Higiene – Vantagens para todos;
 - O uso do uniforme.
- f) Segurança do trabalho
- g) O uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo;
- h) Noções sobre a responsabilidade sócio-ambiental: coleta seletiva e uso racional de recursos e equipamentos;
- i) Direitos trabalhistas em geral, inclusive noções sobre a atuação do sindicato, acesso a informações sobre FGTS e Previdência, prazos legais para pagamento de obrigações trabalhistas, etc.

§1º - A CONTRATADA deverá assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os colaboradores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, nos termos da Resolução n.º 98/2012 CSJT. Deverão o planejamento e o conteúdo de tal programa ser previamente submetidos ao CONTRATANTE, para aprovação.

§2º - Todo e qualquer treinamento ou curso realizado deverá ser registrado, para efeito de controle. O registro deverá conter o nome completo e o cargo do empregado treinado, nomenclatura e data do treinamento, carga horária e nome da entidade que efetuou o treinamento ou ministrou o curso.

§3º - A comprovação do treinamento realizado deverá ser feita mediante a apresentação do certificado emitido pela entidade que o ministrou. Caso o treinamento seja realizado pela própria CONTRATADA, será exigida a apresentação de formulário próprio, assinado pelo responsável pelo treinamento e pelo empregado treinado. Deverão ser apresentadas, ao Serviço de Gestão de Terceiros, cópias dos certificados dos treinamentos realizados, num prazo não superior a 10 dias da data final do evento.

CLÁUSULA NONA - DA ESTIMATIVA DE DESLOCAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VIAGENS:

Quando houver necessidade de deslocamento para as cidades de abrangência de cada polo, o transporte será efetuado preferencialmente pelo CONTRATANTE, em veículo oficial.

§1º - Quando o transporte não puder ser efetuado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará o transporte dos profissionais e as despesas com essa finalidade serão reembolsadas pelo CONTRATANTE.

§2º - As despesas de transporte para viagens, para efeito de reembolso, serão apresentadas em relatório detalhado, juntamente com o faturamento mensal dos serviços, e terão como referência o custo da passagem rodoviária em ônibus convencional.

§3º - Nos dias de viagens, havendo necessidade de pernoite na localidade de destino, as despesas com estada serão pagas pela CONTRATADA e reembolsadas pelo CONTRATANTE, nos valores referenciados para cada localidade de cada polo, conforme Anexo I deste edital.

§4º - As despesas com estada serão desmembradas em pernoite em hotel, café da manhã, duas refeições e transporte na localidade.

§5º - O hotel de estada será o indicado pelo CONTRATANTE, considerando o valor de referência indicado no Anexo I deste instrumento.

§6º - Os valores de referência para café da manhã, almoço, jantar e deslocamento urbano são os indicados na tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

TIPO DE DESPESA	LOTES	
	Polo Capital	Polo Interior
Café da manhã	R\$ 10,00	R\$ 10,00
Almoço	R\$ 20,00	R\$ 20,00
Jantar	R\$ 20,00	R\$ 20,00
Deslocamento urbano*	R\$ 24,00	R\$ 24,00

*Deslocamento urbano será reembolsado somente quando não houver transporte do Tribunal.

§7º - O pagamento das despesas passíveis de reembolso, transporte (§2º) e estada (§3º), deverá ser demonstrado via comprovantes (recibos de pagamento) devidamente assinados pelo empregado, justificado pelo fiscal de contrato e entregues ao Serviço de Gestão de Terceiros, quando da entrega da documentação mensal.

§8º - O contratante, sempre que possível, comunicará as viagens à contratada com 5 (cinco) dias de antecedência, para viabilizar o fornecimento do numerário ao profissional antecipadamente à viagem, em moeda corrente.

§9º - A quantidade de viagens a serem realizadas anualmente pelos trabalhadores da contratada, bem como de deslocamentos a serem providenciados pela contratada, é variável e impossível de ser indicada com precisão, já que depende do número de ocorrências nas unidades que gerem necessidade de visitas de trabalhadores. Para fins de estimativa das despesas, foram consideradas as premissas a seguir, aplicadas nas planilhas do Anexo I deste instrumento:

- I) para as cidades distantes menos de 50 km da sede do polo, não haverá, via de regra, necessidade de pernoite, pois, em geral, são viáveis os deslocamentos de ida e volta no mesmo dia, dentro da jornada de trabalho;
- II) para as cidades distantes mais de 50 km da sede do polo, estima-se a necessidade de 1 (um) pernoite a cada bimestre (6 diárias em hotel/ano + deslocamento local);
- III) considerando que os deslocamentos serão excepcionais e com maior probabilidade de ocorrência para as unidades mais próximas (menos de 50 km de distância da respectiva sede), projetou-se o custo com passagens rodoviárias conforme segue:
 - a) 24 viagens/ano para as unidades próximas à sede de Curitiba;
 - b) 12 viagens/ano para as unidades próximas às sedes de Cascavel, Londrina e Maringá;
 - c) 6 viagens/ano para as unidades mais distantes;

§10 - Nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, Porecatu, Apucarana, Cornélio Procopio e Umuarama, houve variáveis quanto ao estimado nos incisos anteriores, conforme apontado nas planilhas do Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA DEZ – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

Nos termos do art. 73 da Lei 8.666/93, o recebimento dos serviços objeto do contrato dar-se-á da seguinte forma:

- I) **Provisoriamente**, mediante certidão do gestor do contrato (SGT), desde que constatada a efetiva prestação dos serviços, segundo as normas e condições referidas neste instrumento de contrato;
- II) **Definitivamente**, em **10 dias úteis**, contados da entrega integral, contra recibo do SGT, da documentação referida na cláusula quinta, inciso XI, deste instrumento,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

sem qualquer pendência e devidamente comprovada em certidão do gestor e do fiscal do contrato.

§1º – A contratada deverá apresentar os comprovantes devidamente organizados, numerados sequencialmente e em planilhas, segundo orientações do Serviço de Gestão de Terceiros (SGT) do Contratante.

§2º – Caso a Contratada apresente a documentação incompleta ou com qualquer pendência, será formalmente notificada pelo fiscal, interrompendo-se o prazo para o recebimento definitivo, o qual recomeçará a ser contado, integralmente, a partir da efetiva regularização.

CLÁUSULA ONZE - DO PAGAMENTO À CONTRATADA:

O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, considerando-se como data do pagamento, para todos os efeitos, o dia da emissão das referidas ordens bancárias.

§1º - No caso de processamento do pagamento mediante depósito bancário, a Contratada deverá informar os seguintes dados: a) banco: nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente (completo).

§2º - Após efetuar a retenção dos encargos trabalhistas disciplinada na Resolução nº 169/13, do Conselho Nacional de Justiça, o Contratante pagará à Contratada o remanescente do valor mensal devido pela prestação dos serviços, em duas parcelas, conforme segue:

- a) 90% (noventa por cento) do valor total da nota fiscal/fatura, certificada pelo gestor do contrato, **até o terceiro dia útil** contado do recebimento do documento fiscal;
- b) 10% (dez por cento) do valor total da nota fiscal/fatura, no prazo de **10 dias úteis**, contados da certidão de recebimento definitivo, firmada pelo fiscal e gestor do contrato, nos termos do inc. II da cláusula dez deste instrumento.

§3º - Para o pagamento da parcela prevista na alínea 'a' do §2º, a Contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato, até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a respectiva nota fiscal/fatura.

§4º - O Contratante poderá deduzir diretamente, da garantia ou dos pagamentos devidos pela prestação dos serviços, as multas aplicadas à Contratada por inadimplemento contratual bem como as indenizações por danos decorrentes da execução do contrato, podendo os respectivos valores ser objeto de retenção para indenização ou compensação com pagamentos subsequentes.

§5º - O Contratante verificará, previamente à efetivação de cada pagamento mensal, se a Contratada mantém as condições de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para habilitação ao procedimento licitatório.

- a) Será concedido prazo de **cinco dias úteis**, prorrogável uma única vez, para a Contratada regularizar eventuais pendências em matéria fiscal e trabalhista, sob pena da cominação tabulada no item **19** do §2º da cláusula 12 deste instrumento, sem prejuízo, na hipótese de reincidência, da rescisão do contrato, a critério do Contratante.

§6º – Para definição da glosa a ser aplicada por faltas sem reposição, será descontada a fração de 1/22 (um vinte e dois avos) do valor mensal do(s) posto(s) descoberto(s) por dia de falta, considerando a média de 22 dias úteis por mês (Despacho nº 1389/2013 da Ordenadoria da Despesa do TRT da 9ª Região).

§7º - O pagamento da parcela de que trata a alínea "b" do parágrafo segundo desta cláusula, fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA quitou as obrigações previstas na cláusula quinta, inciso XI, e demais condições pertinentes.

§8º - Os documentos exigidos na cláusula quinta, inciso XI, do presente contrato deverão comprovar a quitação das obrigações legais do mesmo mês da prestação dos serviços a que a nota fiscal se referir.

§9º - Nas hipóteses de entrega parcial ou de ausência de apresentação dos comprovantes de quitação exigidos na cláusula quinta, inciso XI, haverá imediata suspensão dos pagamentos devidos à CONTRATADA.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

§10 - Para todos os fins, considera-se data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

§11 - Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições devidos, de acordo com os atos e procedimentos das autoridades administrativas competentes e observada a legislação fiscal/tributária e previdenciária aplicável à espécie.

§12 - O processamento da ordem bancária com observância dos dados fornecidos constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a Contratada responsável por quaisquer danos e prejuízos decorrentes da apresentação inexata das informações bancárias.

§13 - No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, a atualização monetária será calculada da seguinte forma:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios
N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
VP = Valor da parcela a ser paga
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX)/365 I = (6/100)/365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES E VALORES DE MULTAS:

Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da licitação/contratação, a licitante-adjudicatária/Contratada estará sujeita, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste instrumento, no Decreto 5.450/05, nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e legislação correlata.

§1º - Caberá penalidade de **multa** nos seguintes percentuais e casos:

- I) havendo atraso no início da prestação dos serviços, do 1º ao 5º dia útil, multa moratória à razão de 1% por dia de atraso, até o máximo de 5%, calculada sobre o valor mensal do contrato;
- II) havendo inexecução parcial da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o remanescente do valor anual do contrato;
 - a) entende-se por inexecução parcial a descontinuidade da execução do contrato e consequente rescisão contratual a que der causa a Contratada;
 - b) entende-se por *remanescente do valor anual do contrato* a soma dos valores correspondentes aos meses faltantes para o término do prazo de vigência da contratação;
 - c) o período igual ou superior a 15 dias será considerado um mês.
- III) havendo inexecução total da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor anual do contrato.

§2º - A Contratada estará sujeita, ainda, às penalidades de multa (**punitiva e moratória**) nas seguintes hipóteses e respectivos critérios de aplicação, percentuais e bases de cálculo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO CONTRATUAL	VALOR DA MULTA
1	Admitir empregado sem uniforme ou sem crachá, ou com uniforme não apresentável.	0,6% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 6% sobre o preço mensal do posto
2	Recusar injustificadamente a prestação de serviço ou o cumprimento de outra determinação do fiscal.	0,8% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 8% sobre o preço mensal do posto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

3	Admitir empregado sem habilitação/qualificação para prestar os serviços contratados..	0,8% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 8% sobre o preço mensal do posto
4	Retirar empregados durante a jornada de trabalho, sem a anuência prévia do Contratante.	1% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 10% sobre o preço mensal do posto
5	Suspender/interromper, injustificadamente, a prestação dos serviços contratados.	1% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 10% sobre o preço mensal do posto
6	Dar causa a situação que exponha o Contratante ou terceiros a danos à saúde e à integridade física	5% por ocorrência , sobre o preço mensal do contrato
7	Repassar aos empregados os custos dos uniformes e materiais de trabalho.	1% por ocorrência (por empregado), sobre o preço mensal do posto
8	Não entregar ou entregar incompleta a documentação prevista na cláusula quinta, inciso XI, deste instrumento.	0,8% por ocorrência e por dia , até o limite de 4% sobre o preço mensal do contrato
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
9	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados.	0,4% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 2% sobre o preço mensal do posto
10	Substituir empregado, quando determinado pelo Contratante e nos casos previstos neste instrumento.	1% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 10% sobre o preço mensal do posto
11	Apresentar garantia da execução contratual no prazo fixado neste instrumento.	0,05% por dia , até o limite de 1% sobre o preço anual do contrato
12	Cumprir disposições, instruções e orientações formais do órgão fiscalizador da profissão.	0,4% por ocorrência e por dia , até o limite de 4% sobre o preço mensal do contrato
13	Providenciar a reposição de empregados faltosos, em atraso ou ausentes por motivos legais.	1% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 10%, sobre o preço mensal do posto
14	Pagar/entregar salários, auxílio-transporte, auxílio-refeição e outros direitos trabalhistas nos prazos previstos em lei/normas coletivas de trabalho.	1% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 10%, sobre o preço mensal do posto
15	Cumprir qualquer cláusula do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da categoria profissional prestadora dos serviços contratados.	1% por ocorrência e por dia , até o limite de 10%, sobre o preço mensal do posto
16	Fornecer uniformes e materiais aos empregados/profissionais, nas condições previstas neste instrumento.	1% por ocorrência (por empregado) e por dia , até o limite de 10%, sobre o preço mensal do posto
17	Apresentar os documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Contratante acesso a saldos/extratos e vincule a movimentação dos valores depositados.	0,2% por dia , até o limite de 1%, sobre o preço mensal do contrato
18	Recolher, nos prazos legais, contribuições	1% por ocorrência (por empregado) e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

	sociais e previdenciárias.	por dia , até o limite de 10% sobre o preço mensal do posto
19	Comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigíveis no procedimento licitatório	0,2% por ocorrência e por dia , até o limite de 2% sobre o preço mensal do contrato
20	Havendo descumprimento de outros prazos, condições e obrigações não cominados expressamente neste instrumento	0,3%, por ocorrência ou por dia útil , calculada sobre o preço mensal do contrato

§3º – Atingidos quaisquer dos limites previstos nos §§ 1º e 2º desta cláusula, e a critério do Contratante, não será permitida a execução do contrato, sujeitando-se Contratada à rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais e contratuais previstas.

§4º - As penalidades de multa, moratória e punitiva, poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, entre si e com as demais sanções contratuais e legais.

§5º - O valor das multas aplicadas poderá ser descontado diretamente pelo Contratante da garantia prestada pela Contratada e/ou dos pagamentos a ela devidos como contraprestação pela execução do objeto do contrato.

§6º – O valor das multas devido pela Contratada e não descontado na forma do §5º desta cláusula será cobrado administrativamente pelo Contratante, que em caso de inadimplemento encaminhará ao órgão competente para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na forma da lei.

§7º - Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

§8º - Na forma do parágrafo único do art. 28 do Decreto 5.450/05, as penalidades aplicadas à Contratada serão obrigatoriamente registradas no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

CLÁUSULA TREZE – DA RETENÇÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC, INCRA, SALÁRIO-EDUCAÇÃO, FGTS, RAT+FAT, SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagas pelo contratante à contratada em decorrência dos serviços que lhe forem prestados, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial, por força dos artigos 1º, parágrafo único, e 4º da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

§1º - Os depósitos de que trata o caput desta cláusula serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do contratante.

§2º - Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

§3º - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas discriminados no caput desta cláusula, depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à contratada.

§4º - A contratada poderá solicitar autorização do contratante para:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- I) resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas na presente cláusula, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa nas dependências do CONTRATANTE; e
- II) movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no caput da cláusula treze.

§5º - Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no inciso I do §4º desta cláusula, a contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar ao contratante os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no caput da cláusula treze.

§6º - O contratante, por meio de seus setores competentes, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata o inciso I do §4º desta cláusula, encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

§7º - Na situação descrita no inciso II do §4º desta cláusula, o contratante solicitará ao banco depositário que, no prazo de dez dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

§8º - O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§9º - Aplicam-se os demais termos estabelecidos na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, e no Ato nº 264, de 3 de novembro de 2014, da Presidência do TRT da 9ª Região

CLÁUSULA CATORZE – DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A contratada deverá observar as diretrizes e práticas consideradas sustentáveis estabelecidas na Resolução 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, especialmente o que segue:

- I) Obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.
- II) Fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta na Norma Regulamentadora nº 6 do MTE e de acordo com o estabelecido nos PPRA e PCMSO.
- III) Na definição das rotinas de execução das atividades deverá ser previsto e estimado período adequado, para a orientação e ambientação dos trabalhadores às políticas de responsabilidade socioambiental adotadas no Tribunal, durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINZE - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/1993.

§1º - As partes deverão se manifestar sobre o interesse da prorrogação com pelo menos 90 dias de antecedência do término da vigência do contrato.

§2º - Os prazos da contratação poderão ser prorrogados pela Ordenadoria da Despesa, desde que a pretensão seja motivada, devidamente fundamentada e, quando de iniciativa da Contratada, formulada antes do prazo final para o adimplemento da obrigação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

§3º - Os pedidos de prorrogação deverão ser instruídos com os elementos necessários ao seu processamento, aplicando-se, no que couber, o disposto no §1º do art. 57 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

No prazo de até **10 dias úteis** contados do início da vigência do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, a Contratada deverá apresentar garantia de execução contratual no valor correspondente a 5% do preço anual do contrato.

- I) Nos termos do art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a Contratada poderá optar entre as seguintes modalidades de garantia:
 - a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - b) Seguro-garantia;
 - c) Fiança bancária.
- II) O prazo de validade da garantia iniciar-se-á a partir da execução dos serviços objeto da contratação, e estender-se-á até (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser sucessivamente renovada no caso de prorrogação do contrato administrativo.
- III) Além do pagamento de multas e indenizações devidas por inadimplemento contratual ou danos decorrentes da execução do contrato, a garantia prestada poderá ser utilizada para pagamento de obrigações trabalhistas (inclusive verbas rescisórias) e previdenciárias inadimplidas pela Contratada, devendo a modalidade *seguro-garantia* eventualmente oferecida ao Contratante contemplar expressamente tais eventos.
- IV) Ter-se-á por extinta a garantia:
 - a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para levantamento de depósito em dinheiro a título de garantia, acompanhada de termo circunstanciado com declaração do Contratante de que a Contratada cumpriu integralmente as obrigações contratuais; e
 - b) após esaurido o prazo de que trata o inc. II desta cláusula.

§ 1º - Nos termos do § 4º do art. 56 da Lei 8.666/93, a garantia será liberada ou restituída após a execução do contrato e, se for o caso, do pagamento, pela Contratada, das verbas rescisórias trabalhistas a seus empregados, devendo, em qualquer caso, ser atualizada monetariamente, se prestada em dinheiro.

§ 2º - Nos termos do § 2º do art. 56 da Lei 8.666/93, a garantia prestada será atualizada nas mesmas condições de valor do contrato administrativo, cabendo à Contratada providenciar tal atualização e comprová-la ao Contratante no prazo referido no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA DEZESETE - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Mediante Termo Aditivo, a presente contratação poderá ser alterada unilateralmente pelo Contratante ou mediante acordo entre as partes, observado o disposto no art. 58, inc. I c/c as disposições do art. 65 da Lei 8.666/93.

- I) As hipóteses de rescisão contratual reger-se-ão pelo disposto neste instrumento de contrato, observando-se, no que couber, as disposições dos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.
- II) No caso de rescisão do contrato, o Contratante verificará o pagamento, pela Contratada, das verbas rescisórias trabalhistas, ou a comprovação de que os empregados serão realocados para prestação de serviços sem solução de continuidade do contrato de trabalho.
- III) Até que a Contratada demonstre o atendimento ao disposto no inc. II, o Contratante reterá a garantia de execução contratual prestada bem como o valor da fatura



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

correspondente a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos empregados, na hipótese de a Contratada não o fazer.

CLÁUSULA DEZOITO - DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS DO CONTRATO:

Poderá haver repactuação do preço do contrato a cada 12 (doze) meses, contados da data da última Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, na hipótese em que esta autorize reajuste na base salarial ou outros benefícios aos empregados que prestem serviços ao Contratante.

§1º - Competirá à Contratada a iniciativa e o encargo de demonstrar especificamente sobre quais insumos da Planilha de Custos e Formação de Preços houve variação, bem como a demonstração analítica do respectivo impacto na proposta e no preço do contrato.

§2º - Os insumos da Planilha de Custos e Formação de Preços não afetados pela repactuação decorrente da CCT poderão ser reajustados anualmente, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice definido pelas partes, com acumulação a partir do mês anterior ao da data-limite para apresentação da proposta até o segundo mês anterior ao do “aniversário” (12 meses após a data-limite para apresentação da proposta), aplicando-se a fórmula a seguir:

M 1 =	Índice (%) do mês anterior ao da data-limite para apresentação da proposta ou do último reajuste concedido
M12=	Índice (%) do segundo mês anterior ao do aniversário da data-limite para apresentação da proposta
M 1 , M2, M3.....M12=	Índices (%) do IGP-DI dos meses respectivos
PI=	preço inicial
PC=	preço reajustado
PC=	$PI \times (1 + M1) \times (1 + M2) \times \dots \times (1 + M12)$

§3º - Observado o disposto no § 2º o preço reajustado será devido a partir da “data-base” de vigência do contrato, permanecendo inalterado até o próximo reajustamento.

CLÁUSULA DEZENOVE – DOS ATOS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

Os recursos serão recebidos, processados e decididos com observância do disposto no capítulo V, da Lei 8.666/93.

§1º - Cabe recurso à Presidência do Tribunal, no prazo de **cinco dias úteis**, contados da intimação dos atos de anulação e rescisão do contrato e aplicação das penalidades de multa e impedimento de licitar e contratar com a União.

§2º - Os recursos, apresentados em uma via original, deverão ser dirigidos à Ordenadoria da Despesa do Contratante, que reconsiderará a decisão ou, mantendo-a, encaminhará a peça recursal, devidamente instruída, à autoridade superior, para julgamento.

§3º - As peças recursais poderão ser entregues no horário das 12 às 18 horas, no Setor de Protocolo Geral, situado no andar térreo do prédio sede do Contratante, Rua Vicente Machado, 147 - Curitiba-PR, ou enviadas via e-mail (ordenadoria@trt9.jus.br), fazendo-se acompanhar, no prazo de 48 horas, das originais ou cópias autenticadas.

§4º - As peças recursais enviadas via e-mail serão consideradas tempestivas desde que apresentadas até às 18 horas do último dia para interposição do recurso administrativo.

CLÁUSULA VINTE - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os dispêndios decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos orçamentários próprios deste Tribunal, na seguinte classificação: Programa de Trabalho – Apreciação de causas na Justiça do Trabalho, Natureza de Despesa 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra.

CLÁUSULA VINTE E UM - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na execução deste contrato observar-se-á, além das cláusulas consignadas no presente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

instrumento, o disposto na Lei 8.666/93 e demais preceitos de direito público, aplicando-se subsidiariamente os princípios da teoria geral dos contratos e as normas de direito privado, nos termos do artigo 54 da referida Lei de Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

Parágrafo Único - Os casos omissos serão resolvidos mediante entendimento das partes e constituirão objeto de termo aditivo ao presente contrato, obedecidos os preceitos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DO FORO COMPETENTE:

É competente o foro da Justiça Federal - subseção Judiciária de Curitiba/PR para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DA VINCULAÇÃO:

Este instrumento de Contrato encontra-se vinculado aos elementos constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 116/2015, Processo Geral nº 1260/2015, e aos termos da proposta da empresa CONTRATADA.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado e contratado, é lavrado o presente em duas vias de igual teor, as quais, depois de lidas, são assinadas pelas partes contratantes.

Curitiba, de de 2016.

CONTRATANTE:

XXXXXXXXX
XXXXXX
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

CONTRATADA:

XXXXXXXXXX
XXXX
XXXXXXXXXX



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ANEXO I do CONTRATO Nº -----/2016 - MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO

Quadro demonstrativo do custo estimado da estada diária e valor de referência para pernoite:
(As pesquisas foram realizadas pelas Divisões de Apoio Administrativo de cada Polo)

Lote 1: POLO CURITIBA

Item	Unidade	Diária (R\$)	Nome do hotel	Refeições + deslocamento	Total (R\$)
5.1	Fórum 1ª Inst. De Araucária	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.2	PA de Campo Largo	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.3	VT de Castro	R\$ 148,00	Central Palace/Buganville Palace	R\$ 74,00	R\$ 222,00
5.4	VT de Colombo	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.5	Ctba I - TRT - 9ª Região	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.6	Ctba II - Fórum 1ª Instância	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.7	Ctba III - Sede Administrativa	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.8	Ctba IV-Barracão/Cajuru	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.9	VT de Irati	R\$ 102,50	Hotel Colonial/Hotel Anila	R\$ 74,00	R\$ 176,50
5.10	Fórum 1ª Inst. De Paranaguá	R\$ 108,33	Hotel Ponderosa/Graciosa/Vieira	R\$ 74,00	R\$ 182,33
5.11	VT de Pinhais	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.12	Fórum 1ª Inst. De Ponta Grossa	R\$ 96,00	Hotel Schafranski/São Marcos/Pax	R\$ 74,00	R\$ 170,00
5.13	PA de Rio Negro	R\$ 99,50	Hotel Rio Negro/ Hotel Emacite	R\$ 74,00	R\$ 173,50
5.14	Fórum 1ª Inst. De S. J. dos Pinhais	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -
5.15	VI de S. Mateus do Sul	R\$ 119,66	Hotel Oásis/Dom Leopoldo/ Sada's	R\$ 74,00	R\$ 193,66
5.16	VT de Telêmaco Borba	R\$ 122,33	Hotel Apolo/Imperatriz/Sir	R\$ 74,00	R\$ 196,33
5.17	VT de União da Vitória	R\$ 98,00	Hotel 10/Turela/Opera	R\$ 74,00	R\$ 172,00

- 1- Estimados os custos de R\$ 20,00 para cada almoço e jantar, R\$10,00 para o café da manhã e R\$ 24,00 para deslocamento urbano.
2- O valor da diária é a média entre hotéis.
3- O café da manhã deverá ser reembolsado quando o hotel não fornecer o serviço ou quando os empregados precisarem sair muito cedo.

Lote 2: POLO INTERIOR

CASCATEL

Item	Unidade	Diária (R\$)	Nome do hotel	Refeições + deslocamento	Total (R\$)
2.1	VT de Assis Chateaubriand	R\$ 60,00	Hotel Verdes Campos	R\$ 74,00	R\$ 134,00
2.2	Fórum de 1ª Inst. De CascateL	R\$ 100,00	-	R\$ -	R\$ 100,00
2.3	VT de Dois Vizinhos	R\$ 89,00	Hotel Dois Vizinhos	R\$ 74,00	R\$ 163,00
2.4	VT de Francisco Beltrão	R\$ 70,00	Hotel Lisbor	R\$ 74,00	R\$ 144,00
2.5	Fórum 1ª Inst. De Foz do Iguaçu	R\$ 45,00	Hotel Jung Palace	R\$ 74,00	R\$ 119,00
2.6	Fórum 1ª Inst. De Guarapuava	R\$ 55,00	Hotel Campeão	R\$ 74,00	R\$ 129,00
2.7	VT de Laranjeiras do Sul	R\$ 60,00	Hotel Sandro	R\$ 74,00	R\$ 134,00
2.8	VT de Mal. Cândido Rondon	R\$ 80,00	Hotel Soledade	R\$ 74,00	R\$ 154,00
2.9	VI de Medianeira	R\$ 55,00	Hotel Passarela	R\$ 74,00	R\$ 129,00
2.10	VT de Palmas	R\$ 55,00	Hotel Antares	R\$ 74,00	R\$ 129,00
2.11	PA de Palotina	R\$ 80,00	Hotel Dallas	R\$ 74,00	R\$ 154,00
2.12	VT de Pato Branco	R\$ 55,00	Hotel Menegatti	R\$ 74,00	R\$ 129,00
2.13	VT de Toledo	R\$ -	-	R\$ -	R\$ -

- 1- Estimados os custos de R\$ 20,00 para cada almoço e jantar, R\$ 10,00 para o café da manhã e R\$ 24,00 para deslocamento urbano;

LONDRINA

Item	Unidade	Diária (R\$)	Nome do hotel	Refeições + deslocamento	Total (R\$)
3.1	VT de Araçongas	R\$ 100,00	-	R\$ -	R\$ 100,00
3.2	VT de Apucarana	R\$ 110,00	4 hotéis - preço médio	R\$ 70,00	R\$ 180,00
3.3	VT de Bandeirantes	R\$ 50,00	4 hotéis - preço médio	R\$ 70,00	R\$ 120,00
3.4	VT de Cambé	R\$ 119,00	-	R\$ -	R\$ 119,00
3.5	VT Cornélio Procopio	R\$ 65,00	4 hotéis - preço médio	R\$ 70,00	R\$ 135,00
3.6	PA de Ibaté	R\$ 55,00	2 hotéis - preço médio	R\$ 70,00	R\$ 125,00
3.7	VT de Jacarezinho	R\$ 60,00	4 hotéis - preço médio	R\$ 70,00	R\$ 130,00
3.8	VI de Jaguaçuva	R\$ 160,00	5 hotéis - preço médio	R\$ 70,00	R\$ 230,00
3.9	Fórum 1ª Inst. De Londrina	R\$ 135,00	-	R\$ -	R\$ 135,00
3.10	VT de Porecatu	R\$ 96,00	3 hotéis - preço médio	R\$ 70,00	R\$ 166,00
3.11	VT de Rolândia	R\$ 60,00	-	R\$ -	R\$ 60,00
3.12	VI de S. Antônio da Platina	R\$ 96,00	4 hotéis - preço médio	R\$ 70,00	R\$ 166,00
3.13	VT de Wenceslau Braz	R\$ 100,00	Hotel Santa Maria	R\$ 70,00	R\$ 170,00

- 1- Valores levantados mediante ligações para os hotéis (fontes: www.ondehospedar.com.br e www.guiamais.com.br).
2- Estimados os custos de R\$ 20,00 para cada almoço e jantar, R\$10,00 para o café da manhã e R\$ 20,00 para deslocamento urbano.

MARINGÁ

Item	Unidade	Diária (R\$)	Nome do hotel	Refeições + deslocamento	Total (R\$)
1.1	VT de Campo Mourão	R\$ 100,00	Lisot/Acauã/Sta Maria	R\$ 60,00	R\$ 160,00
1.2	VT de Cianorte	R\$ 50,00	Globo/Majestic/Plaza	R\$ 60,00	R\$ 110,00
1.3	VI de Goioerê	R\$ 55,00	AguaS Claras/Hotel do Gaúcho/Lion Park	R\$ 60,00	R\$ 115,00
1.4	Vara de Trab. de Ivaiporã	R\$ 80,00	Vanali/Tio Luiz/América	R\$ 60,00	R\$ 140,00
1.5	PA de Loanda	R\$ 60,00	Esplanada/Napoli	R\$ 60,00	R\$ 120,00
1.6	Fórum 1ª Inst. de Maringá	R\$ 150,00	-	R\$ -	R\$ 150,00
1.7	VT de Nova Esperança	R\$ 100,00	-	R\$ -	R\$ 100,00
1.8	VT de Paranaíba	R\$ 80,00	Excelsior/Palmeiras/Shelton	R\$ 60,00	R\$ 140,00
1.9	PA de Pitanga	R\$ 50,00	Querência/Central/São Cipriano	R\$ 60,00	R\$ 110,00
1.10	Fórum 1ª Inst. de Umuarama	R\$ 100,00	Takada/Roma/Brasília	R\$ 60,00	R\$ 160,00

- 1- Estimados os custos de R\$ 14,00 para cada almoço e jantar, R\$ 7,00 para o café da manhã e R\$ 25,00 para deslocamento urbano;
2- O valor da diária é a média entre hotéis.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Quadro demonstrativo do custo estimado com as estadas fora da Sede + deslocamentos para outras localidades:

Lote 1: POLO CURITIBA

Item	Unidade	Distância da Sede (km)	Quantitativo anual		Valor da Passagem (R\$)	Custo anual (R\$)	
			Estadas	Viagens		Estadas	Viagens
5.1	Forum 1º Inst. de Araucária	27	0	24	R\$ 2,70	-	R\$ 129,60
5.2	PA de Campo Largo	29	0	24	R\$ 2,70	-	R\$ 129,60
5.3	VT de Castro	131	6	6	R\$ 36,50	R\$ 1.332,00	R\$ 438,00
5.4	VT de Colombo	15	0	24	R\$ 2,70	-	R\$ 129,60
5.5	Crba I - TRT - 9ª Região	0	0	0	-	-	-
5.6	Crba II - Fórum 1ª Instância	0	0	0	-	-	-
5.7	Crba III - Sede Administrativa	0	0	0	-	-	-
5.8	Crba IV - Barracão/Cajuru	0	0	0	-	-	-
5.9	VT de Irati	150	6	6	R\$ 38,60	R\$ 1.059,00	R\$ 463,20
5.10	Forum 1º Inst. de Paranaguá	90	12	24	R\$ 24,76	R\$ 2.187,96	R\$ 1.188,48
5.11	VT de Pinhais	10	0	24	R\$ 2,70	-	R\$ 129,60
5.12	Forum 1º Inst. de Ponta Grossa	118	12	12	R\$ 30,00	R\$ 2.040,00	R\$ 720,00
5.13	PA de Rio Negro	104	0	6	R\$ 22,40	-	R\$ 268,80
5.14	Forum 1º Inst. de S. J. dos Pinhais	19	0	24	R\$ 2,70	-	R\$ 129,60
5.15	VT de S. Mateus do Sul	149	6	6	R\$ 36,80	R\$ 1.161,96	R\$ 441,60
5.16	VT de Telêmaco Borba	241	6	6	R\$ 57,00	R\$ 1.177,98	R\$ 684,00
5.17	VT de União da Vitória	239	6	6	R\$ 54,58	R\$ 1.032,00	R\$ 654,96
Total média mensal			-	-	-	R\$ 587,70	R\$ 323,94
Total média mensal (estadas fora da sede + deslocamento)			-	-	-	R\$	R\$ 911,64
Total anual			54	192	-	R\$ 9.990,90	R\$ 5.507,04

- 1- Os preços das passagens foram obtidos nos sites das empresas de transporte e por telefone.
- 2- Na cidade de Paranaguá há necessidade da mesma quantia de viagens com relação às cidades próximas (menos de 50 km de distância da Sede).
- 3- Na cidade de Ponta Grossa há necessidade de 12 viagens anual.
- 4- Na cidade de Rio Negro não há necessidade de pernoite.

Lote 2: POLO INTERIOR
CASCAVEL

Item	Unidade	Distância da Sede (km)	Quantitativo anual		Valor da Passagem (R\$)	Custo anual (R\$)	
			Estadas	Viagens		Estadas	Viagens
2.1	VT de Assis Chateaubriand	94	6	6	R\$ 21,50	R\$ 804,00	R\$ 258,00
2.2	Forum de 1ª Inst. de Cascavel	0	0	0	R\$ -	-	-
2.3	VT de Dois Vizinhos	180	6	6	R\$ 47,40	R\$ 978,00	R\$ 568,80
2.4	VT de Francisco Beltrão	175	6	6	R\$ 41,80	R\$ 864,00	R\$ 501,60
2.5	Forum 1º Inst. de Foz do Iguaçu	145	6	6	R\$ 33,77	R\$ 714,00	R\$ 405,24
2.6	Forum 1º Inst. de Guarapuava	238	6	6	R\$ 61,14	R\$ 774,00	R\$ 733,68
2.7	VT de Laranjeiras do Sul	142	6	6	R\$ 20,70	R\$ 804,00	R\$ 248,40
2.8	VT de Mal. Cândido Rondon	83	6	6	R\$ 10,15	R\$ 924,00	R\$ 121,80
2.9	VT de Medianeira	86	6	6	R\$ 21,30	R\$ 774,00	R\$ 255,60
2.10	VT de Palmas	306	6	6	R\$ 71,25	R\$ 774,00	R\$ 855,00
2.11	PA de Palotina	173	6	6	R\$ 25,91	R\$ 924,00	R\$ 310,92
2.12	VT de Pato Branco	250	6	6	R\$ 54,60	R\$ 774,00	R\$ 655,20
2.13	VT de Toledo	45	0	12	R\$ 12,21	-	R\$ 293,04
Total média mensal			-	-	-	R\$ 732,60	R\$ 400,56
Total média mensal (estadas fora da sede + deslocamento)			-	-	-	R\$	R\$ 1.133,16
Total anual			66	78	-	R\$ 9.108,00	R\$ 5.207,28

LONDRINA

Item	Unidade	Distância da Sede (km)	Quantitativo anual		Valor da Passagem (R\$)	Custo anual (R\$)	
			Estadas	Viagens		Estadas	Viagens
3.1	VT de Araçongas	43	0	12	R\$ 14,00	-	R\$ 336,00
3.2	VT de Apucarana	61	0	12	R\$ 18,45	-	R\$ 442,80
3.3	VT de Bandeirantes	100	6	6	R\$ 26,78	R\$ 720,00	R\$ 321,36
3.4	VT de Cambé	18	0	12	R\$ 10,84	-	R\$ 260,16
3.5	VT Cornélio Procopio	66	0	12	R\$ 19,15	-	R\$ 459,60
3.6	PA de Ibaté	170	6	6	R\$ 38,77	R\$ 750,00	R\$ 465,24
3.7	VT de Jacarezinho	153	6	6	R\$ 39,62	R\$ 780,00	R\$ 475,44
3.8	VT de Jaguariaíva	288	6	6	R\$ 60,69	R\$ 1.380,00	R\$ 728,28
3.9	Forum 1ª Instância de Londrina	0	0	0	R\$ -	-	-
3.10	VT de Porecatu	83	0	6	R\$ 26,26	-	R\$ 315,12
3.11	VT de Rolândia	25	0	12	R\$ 11,18	-	R\$ 268,32
3.12	VT de S. Antônio da Platina	149	6	6	R\$ 38,02	R\$ 996,00	R\$ 456,24
3.13	VT de Wenceslau Braz	226	6	6	R\$ 50,80	R\$ 1.020,00	R\$ 609,60
Total média mensal			-	-	-	R\$ 434,31	R\$ 395,24
Total média mensal (estadas fora da sede + deslocamento)			-	-	-	R\$	R\$ 829,55
Total anual			36	102	-	R\$ 5.646,00	R\$ 5.138,16

- 1- Valores obtidos mediante consulta aos sites das seguintes empresas: Viação Garcia, Viação Jôia e Viação Princesa do Norte.
- 2- Na cidade de Porecatu não há necessidade de pernoite.
- 3- Na cidade de Apucarana e Cornélio Procopio haverá a mesma regra das cidades próximas.

MARINGÁ

Item	Unidade	Distância da Sede (km)	Quantitativo anual		Valor da Passagem (R\$)	Custo anual (R\$)	
			Estadas	Viagens		Estadas	Viagens
1.1	VT de Campo Mourão	98	6	6	R\$ 23,33	R\$ 960,00	R\$ 279,96
1.2	VT de Cianorte	81	6	6	R\$ 21,49	R\$ 660,00	R\$ 257,88
1.3	VT de Goioerê	165	6	6	R\$ 37,54	R\$ 690,00	R\$ 450,48
1.4	VT de Ivaiporã	135	6	6	R\$ 33,38	R\$ 840,00	R\$ 400,56
1.5	PA de Loanda	150	6	6	R\$ 36,83	R\$ 720,00	R\$ 441,96
1.6	Forum 1ª Instância de Maringá	0	0	0	R\$ -	-	-
1.7	VT de Nova Esperança	28	0	12	R\$ 12,55	-	R\$ 301,20
1.8	VT de Paranavai	77	6	6	R\$ 18,71	R\$ 840,00	R\$ 224,52
1.9	PA de Pitanga	239	6	6	R\$ 50,21	R\$ 660,00	R\$ 602,52
1.10	Forum 1ª Instância de Umuarama	162	12	6	R\$ 37,87	R\$ 1.920,00	R\$ 454,44
Total média mensal			-	-	-	R\$ 729,00	R\$ 341,35
Total média mensal (estadas + deslocamento)			-	-	-	R\$	R\$ 1.070,35
Total anual			54	60	-	R\$ 7.290,00	R\$ 3.413,52

- 1- Na cidade de Umuarama há necessidade de duas (02) pernoites.